



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDO DE LINGUAGENS

MARKSON PASCOAL BARRETO

ENTRE O VIRALATISMO E O ORGULHO DE SER BRASILEIRO:
A DISPUTA PELOS SENTIDOS NA CRÔNICA DE NELSON RODRIGUES

Salvador
2022

MARKSON PASCOAL BARRETO

ENTRE O VIRALATISMO E O ORGULHO DE SER BRASILEIRO:

A DISPUTA PELOS SENTIDOS NA CRÔNICA DE NELSON RODRIGUES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens do Departamento de Ciências Humanas da Universidade do Estado da Bahia (PPGEL/UNEB), como requisito para obtenção grau de Mestre em Estudos Linguísticos.

Orientador: Prof. Dr. Gilberto Nazareno Telles Sobral

FICHA CATALOGRÁFICA
Biblioteca Professor **Edivaldo Machado Boaventura - UNEB – Campus I**
Bibliotecária: Célia Maria da Costa – CRB5/918

B273e

Barreto, Markson Pascoal

Entre o viralatismo e o orgulho de ser brasileiro.- Salvador, 2022.
70f. : il.

Orientador: Gilberto Nazareno Telles Sobral.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) – Universidade do Estado da Bahia.
Departamento de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Estudos
de Linguagens – PPGEL. Campus I. 2022.

Contém referências.

1. Rodrigues, Nelson, 1912 – 1980 – Crítica e interpretação. 2. Crônicas
brasileiras – História e crítica. 3. Futebol – Aspectos sociais - Brasil. 4. Futebol
na literatura. 5. Miscigenação. 6. Características nacionais brasileira na
literatura. 7. Linguística. 8. Análise do discurso. I. Sobral, Gilberto Nazareno
Telles. II. Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências
Humanas. Campus I. III. Título.

CDD: B869.8

MARKSON PASCOAL BARRETO

ENTRE O VIRALATISMO E O ORGULHO DE SER BRASILEIRO:

A DISPUTA PELOS SENTIDOS NA CRÔNICA DE NELSON RODRIGUES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens do Departamento de Ciências Humanas da Universidade do Estado da Bahia – (PPGEL/UNEB), como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Estudos Linguísticos.

Aprovado em ____/____/ 2022/ pela banca examinadora:

Prof. Dr. Gilberto Nazareno Telles Sobral - UNEB (orientador)

Prof^a. Dr^a Lidiane Santos de Lima Pinheiro - UNEB (avaliadora interna)

Prof^a. Dr^a. Palmira Virgínia Heine Alvarez - UEFS (avaliadora externa)

A

Regianne, amiga, companheira e incentivadora de todas as horas por não me deixar nunca desistir.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os professores e professoras da UNEB pelas enriquecedoras discussões em sala de aula, em especial ao meu orientador Gilberto Sobral pela cordialidade, serenidade e as palavras de incentivo nos momentos difíceis. Agradeço também às professoras Lidiane e Palmira pelas valiosas contribuições no período de qualificação do mestrado.

RESUMO

A crônica esportiva do escritor Nelson Rodrigues manifesta temas que vão muito além do campo esportivo. A partir disso, definimos como principal objetivo desse estudo analisar materialidades discursivas que podem produzir efeitos de sentido de inferioridade e autoestima com base na questão do sentimento de identidade nacional. O *corpus* selecionado é a crônica *Complexo de vira-latas*, publicada em maio de 1958, na revista Manchete Esportiva. Trabalhamos com a hipótese de que o escritor Nelson Rodrigues, na função-autor, ao fazer uma crítica à posição de inferioridade voluntária ocupada pelo sujeito-brasileiro, mobiliza um conjunto de saberes pertencentes a formações discursivas antagônicas para representar uma imagem do brasileiro. A pesquisa está inscrita no quadro teórico metodológico da Análise do Discurso filiada a Michel Pêcheux. Consideramos também as contribuições de Eni Orlandi que consolidam a Análise do Discurso como uma disciplina franco-brasileira.

Palavras-chave: Linguística. Análise do discurso. Nelson Rodrigues. Complexo de vira-latas.

ABSTRACT

The sports chronicle by writer Nelson Rodrigues manifests issues that go far beyond the sport area. The main objective of the dissertation is to analyze discursive materialities that can produce effects of a sense of inferiority and self-esteem based on the feeling of national identity. The selected corpus is the chronicle *Complexo de vira-latas*, published in May 1958, in the magazine *Manchete Esportiva*. We work with the hypothesis that the writer Nelson Rodrigues, in the role of author, by criticizing the position of voluntary inferiority occupied by the Brazilian subject, mobilize a set of knowledge belonging to antagonistic discursive formations to represent an image of the Brazilian. The research is part of the theoretical and methodological framework of Discourse Analysis affiliated with Michel Pêcheux. We also consider Eni Orlandi's contributions that consolidate Discourse Analysis as a Franco-Brazilian discipline.

Palavras-chave: Linguistics. Discourse Analysis. Nelson Rodrigues. Mongrel- complex.

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Edição n.º 1 da revista Manchete Esportiva.....	36
Figura 2 – Crônica <i>Complexo de vira-latas</i>	36
Figura 2 – Foto da final da Copa de 1950.....	45

LISTA DE SIGLAS

AIE	APARELHOS IDEOLÓGICOS DE ESTADO
FD	FORMAÇÃO DISCURSIVA
FI	FORMAÇÃO IDEOLÓGICA
FIFA	FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE FUTEBOL

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 VIRALATISMO: UM DISCURSO QUE SE REPETE	15
2.1 O LUGAR DA CONSTITUIÇÃO DOS SENTIDOS.....	17
3 O AUTOR SOB A VISÃO DISCURSIVA	20
3.1 OS ESQUECIMENTOS	24
4 MEU PERSONAGEM DA SEMANA: AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO	27
4.1 O PAPEL SOCIAL DO AUTOR	28
4.2 A CRÔNICA: UM GÊNERO HÍBRIDO	32
4.3 MANCHETE ESPORTIVA: O LUGAR DOS ACONTECIMENTOS.....	34
5 COMPLEXO DE VIRA-LATAS: POSSIBILIDADES DISCURSIVAS.....	41
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	62
REFERÊNCIAS	64

1 INTRODUÇÃO

Os lorpas, os pascácios poderão objetar que se trata de futebol, apenas o futebol. Não é só futebol. É, sobretudo, o homem brasileiro.

(RODRIGUES, 2013, p. 23)

O escritor e dramaturgo Nelson Rodrigues (1912–1980) definia a si próprio como um patriota inatual e agressivo¹. Em sua crônica esportiva esse posicionamento parece se refletir em um discurso ufanista. Nele, os jogos de futebol são descritos com grandeza épica e os estádios simbolizam verdadeiros campos de batalha. Nesse cenário, o confronto entre a Seleção Brasileira contra equipes de diferentes nacionalidades tem a dimensão de representar tanto a glória quanto o fracasso histórico. Um dos exemplos mais simbólicos de um fiasco brasileiro no campo esportivo ocorreu na Copa do Mundo de 1950, sediada no Brasil. Nesse episódio, a equipe brasileira, então favorita ao título da competição, foi derrotada pela uruguaia diante de um público de aproximadamente duzentas mil pessoas, em pleno estádio do Maracanã, no Rio de Janeiro. Na visão de Damatta (1982) essa derrota representou uma metáfora para as derrotas da própria sociedade brasileira naquele momento.

O insucesso da equipe brasileira nessa competição serviu de tema para uma das mais conhecidas crônicas esportivas de Nelson Rodrigues: *Complexo de vira-latas*. Podemos dizer que, em um sentido discursivo, ela ultrapassa os limites do campo meramente esportivo e alcança questões relacionadas à identidade nacional. No texto, há uma crítica ao suposto sentimento de inferioridade do brasileiro em relação a outros povos. A partir desse posicionamento, questionamos quais são os saberes mobilizados pelo autor ao tentar produzir as relações de sentido em seu texto. Trabalhamos com a hipótese de que, ao fazer uma crítica à posição de inferioridade voluntária ocupada pelo sujeito-brasileiro, o escritor Nelson Rodrigues, ocupando a função-autor, recorre a saberes pertencentes a formações discursivas antagônicas para representar uma imagem do brasileiro. A partir disso, traçamos como principal objetivo desse estudo analisar materialidades discursivas que podem produzir efeitos de sentido de inferioridade e autoestima no que concerne à questão da identidade nacional.

O corpus selecionado é a crônica *Complexo de vira-latas*, publicada em maio de 1958, na revista Manchete Esportiva. A escolha do tema se justifica pela importância que o texto de Nelson Rodrigues possui enquanto lugar de memória histórica relacionado à

¹ Cf. a crônica *Complexo de vira-latas*.

questão do viralatismo nacional. O interesse sobre esse assunto nasceu da observação sobre o modo como a expressão 'complexo de vira-latas' circula nos espaços midiáticos, reproduzindo um efeito sentido de verdade em relação ao dito sentimento de inferioridade do brasileiro.

Ressalvamos que, embora o conceito de viralatismo esteja atrelado à figura de Nelson Rodrigues, esse trabalho não se ocupa deste autor enquanto indivíduo, mas da posição enunciativa por ele assumida enquanto produtor de linguagem. Outro aspecto a pontuar são os conceitos, fatos históricos e personalidades mencionados na pesquisa. A citação deles, nesse estudo, visou, apenas, destacar o modo como os acontecimentos históricos e as ideias divulgadas por tais personalidades estão relacionadas a um conjunto de práticas discursivas. Logo, eles são apresentados de modo panorâmico. O critério para a escolha de cada um deles é a sua relevância na formação de um discurso sobre a identidade nacional em uma dada conjuntura.

A pesquisa, de caráter descritivo, está inscrita no quadro teórico-metodológico da Análise do Discurso (AD) desenvolvida, na França, a partir dos estudos do Filósofo Michel Pêcheux (1938 – 1983). Consideramos também as contribuições de Eni Orlandi (1943), as quais consolidam a AD como uma linha de pesquisa franco-brasileira. Tais estudos consideram o discurso como efeito de sentido entre interlocutores em sua relação com a história, o sujeito e a ideologia. Para atingir os objetivos propostos dividimos o trabalho em seis seções, incluindo a presente introdução e as considerações finais, além da referências.

Na seção **Viralatismo: um discurso que se repete**, discutimos o funcionamento da noção de repetição enquanto processo discursivo e suas relações com a memória e as formações discursivas. O objetivo é descrever de que modo os processos parafrásticos e polissêmicos atuam no jogo de significações de um enunciado e criam uma tensão permanente no processo de produção de um texto.

Na seção **O autor sob a visão Pecheutiana**, descrevemos a relação entre autoria e texto, visando demonstrar de que modo a noção de subjetividade, no âmbito da AD, enxerga o papel do autor enquanto produtor de linguagem. Incluímos ainda nessa parte do trabalho contribuições de Foucault e Barthes sobre a questão da autoria.

Na seção **As condições de produção da coluna Meu personagem da semana**, examinamos o contexto imediato e mais amplo, nos quais a crônica *O complexo de vira-latas* emerge. Tais aspectos dizem respeito ao papel do social do autor, seu público leitor e a revista Manchete Esportiva, lugar de acontecimento dos textos atribuídos a Nelson Rodrigues. Em um cenário mais amplo, examinamos o contexto sócio-histórico e ideológico relacionados ao futebol e o funcionamento da imprensa esportiva no Brasil no período em que a crônica foi escrita. Foram consideradas também as relações de poder

que atravessam existência do jornal enquanto aparelho ideológico. Nessa seção consideramos relevante ainda abordar alguns aspectos sobre a crônica enquanto gênero narrativo.

A seção **Complexo de vira-latas: possibilidades discursivas** é dedicada à análise do *corpus*, visando identificar o jogo de forças entre formações discursivas antagônicas na disputa pelos sentidos a partir do *corpus* selecionado.

Nas **Considerações finais**, apresentamos os resultados da pesquisa, a qual tem o intuito de contribuir para os estudos no campo da Análise do Discurso.

2 VIRALATISMO: UM DISCURSO QUE SE REPETE

“Ponham um inglês na Lua. E na árida paisagem lunar, ele continuará mais inglês do que nunca. Sua primeira providência será anexar a própria Lua ao Império Britânico. Mas o subdesenvolvido faz um imperialismo às avessas. Vai ao estrangeiro e, em vez de conquistá-lo, ele se entrega e se declara colônia.”

(RODRIGUES, 2013, p. 15)

O tema dessa dissertação pressupõe a explicação do conceito de viralatismo. Ele é aqui descrito como a imagem autodepreciativa que o brasileiro constrói voluntariamente ao se comparar com outros povos. Ou seja, seu dito complexo de vira-latas. É preciso considerar que, discursivamente, os efeitos de sentido relacionados à ideia de viralatismo podem estar materializados em um texto por meio de diferentes elementos linguísticos, como paráfrases, metáforas, sinônimos, etc. Isso significa que o mesmo discurso pode se manifestar por meio de variados textos (FIORIN, 1998). Assim, o ponto central de uma análise discursiva visa compreender as especificidades da substituição desses elementos em uma dada conjuntura sócio-histórica.

Ao tratar das relações parafrásticas, Fuchs (1985) destaca que saber uma língua significa, também, identificar e produzir frases com o mesmo sentido a partir de diferentes expressões. Desse ponto de vista, a paráfrase consiste em um trabalho de interpretação e reformulação dos elementos linguísticos. Isso pode ocorrer em uma situação específica (dimensão sintagmática da cadeia discursiva), ou por meio do seu encadeamento com outros enunciados equivalentes na língua (dimensão paradigmática do sistema da língua). Na visão de Orlandi (2015), a paráfrase indica um retorno aos mesmos espaços do dizer, e está, nesse sentido, relacionado a estabilização. Enquanto na polissemia, há o deslocamento, a ruptura, o equívoco. Essas duas forças, paráfrase e polissemia, trabalham continuamente o dizer, de tal modo que todo discurso se faz na tensão entre o mesmo e o diferente. (idem). Para Pêcheux (1995), a estabilização está relacionada ao consenso intersubjetivo que faz com que o sujeito reconheça si mesmo e a outros sujeitos.

Por seu lado, o estudo da instabilidade exige que “se estabeleçam as condições de realização e as matrizes semânticas dos efeitos de sentido.” (FIORIN,

1996, 9. 20). Nesse contexto, o discurso artístico, acima de qualquer outro, constrói-se sob o polo da instabilidade, visto que não é construído a partir de linguagens 'artificiais', estando ele "do lado do princípio do prazer e não da realidade" (idem, p. 21).

Interrogar-se sobre a existência de um real próprio às disciplinas de interpretação exige que o não logicamente estável seja considerado a priori como um defeito, um simples furo no real. É supor que — entendendo-se o 'real' em vários sentidos — possa existir um tipo real de diferente [...] e também um outro tipo de saber, que não se reduz à ordem das 'coisas a saber' ou do tecido de tais coisas. Logo: um real constitutivamente estranho a univocidade da língua, e um saber que não se transmite, não se aprende, não se ensina, e que, no entanto, existe produzindo efeitos (PÊCHEUX, 2012, p. 43).

Pêcheux (1995) denomina de processos discursivos a substituição entre elementos (palavras, expressões, proposições) no interior de uma determinada formação discursiva (FD) por elementos que possuem o mesmo sentido, o que pode indicar uma relação de equivalência com outro enunciado. Nessa direção, noção de repetibilidade nos permite compreender a noção de memória, tal como concebida pela AD. Nesse domínio, ela não se encontra relacionada a aspectos de natureza psicológica, mas como práticas discursivas produzem uma memória social. É importante mencionar que, ao pensar no discurso como estrutura e acontecimento, a AD trabalha com a possibilidade de resignificação de um enunciado, instalando, desse modo, uma relação com a memória.

O objeto da linguística (o próprio da língua) aparece assim atravessado por uma divisão discursiva entre dois espaços: o da manipulação de significações estabilizadas, normatizadas por uma higiene pedagógica do pensamento, e o da transformação do sentido, escapando a qualquer norma estabelecida a priori, de um trabalho do sentido sobre o sentido, tomado no relançar indefinido das interpretações (PÊCHEUX, 2012, p. 51).

Ao analisar a relação entre memória e produção discursiva dos sentidos, Achard (1999) afasta interpretações de ordem psicológica nesse campo. Para ele, esse elemento faz parte de uma relação imaginária com algo que foi memorizado e que pode ser reconstruído, ainda que não seja possível determinar sua existência como discurso autônomo. A noção de memória⁴ sempre esteve presente no âmbito da teoria da análise do discurso, ainda que sob outras denominações tais como

repetição, pré-construído², discurso transverso, interdiscurso (INDURSKY, 2011). Courtine (2009) explica que o ressurgimento de uma formulação indica que toda produção discursiva faz circular formulações anteriores, já enunciadas, produzindo um efeito de memória que atualiza um acontecimento. Desse modo, a memória discursiva está relacionada, de acordo com o autor (2009, p.106), à “existência história de um enunciado no interior de práticas discursivas regradadas por aparelhos ideológicos”.

2.1 O LUGAR DA CONSTITUIÇÃO DOS SENTIDOS

As diferentes possibilidades de leitura de um mesmo texto não significa que ele possa tomar qualquer direção interpretativa, isto porque a relação entre ele e a exterioridade (aspectos sócio-históricos) cria limites para a interpretação (ORLANDI, 1996). Isto significa que o gesto de interpretação do autor sobre aquilo formulado em seu texto está vinculado à FD na qual ele está inscrito ao produzir seu discurso. Sob tal perspectiva, uma FD determina aquilo que pode ou não ser dito pelo sujeito no discurso (PÊCHEUX, 1995). Ela é, portanto, o lugar da constituição do sentido, estando ligada ao todo complexo dominante das formações ideológicas. Desse jeito, a noção de discurso permite compreender que a produção de sentidos é adquirida no interior do interdiscurso (MAINGUENEAU, 2015), o que faz com que a interpretação de um enunciado esteja relacionada, ainda que inconscientemente, a outros enunciados.

A ideologia, portanto, interpela o sujeito sobre um dado aspecto da realidade; dito de outro modo, sempre que o sujeito se posiciona sobre um dado objeto simbólico, ele o faz baseado em um conjunto de crenças que se ligam às relações imaginárias que ele constrói da realidade. Elas são determinadas pela posição de classe que ele ocupa enquanto parte de uma formação social³ (PÊCHEUX, 1995). Desse modo, uma formação ideológica (FI) é aquilo que determina nossas atitudes e representações, estando correlacionada às posições de classe em conflito. Os

² Termo introduzido por Henry (1974) que designa aquilo que remete a uma construção anterior e exterior,

³ Uma formação social caracteriza-se por um estado determinado de relações entre classes que compõem uma comunidade de um determinado momento de sua história. A essas relações correspondem posições políticas e ideológicas que mantêm entre si lações de aliança, de antagonismo ou de dominação. (BRANDÃO, 2012, p. 107)

efeitos ideológicos têm como origem as contradições sócio-históricas determinadas pelas de conflito entre os sujeitos a partir da posição por eles ocupada em um dado quadro social.

[...] as ideologias são, em seu nível, forças sociais em luta. Sistemas e subsistemas mais ou menos coerentes, mais ou menos contraditórios, mas também comportamentos, 'fantasmas' e imaginários sociais [...] são práticas inscritas em realidades materiais, em instituições em aparelhos, alguns servindo mais que outros aos mecanismos da reprodução do assujeitamento ideológico. (MALDIDIER, NORMAND e ROBIN, 2014, p. 90)

A noção de FD está presente, inicialmente, nos trabalhos de Foucault ⁴. O autor compreende os discursos como uma dispersão que não está ligada por nenhum princípio de unidade. Nesse caso, a função do analista do discurso seria descrever essa dispersão e estabelecer regras capazes de reger a formação dos discursos. Para Maingueneau (2015) essa formulação apresenta a dificuldade de construir uma espécie de unidade invisível capaz de explicar certo número de fenômenos. Dessa perspectiva, haveria dúvidas quanto ao fato de que tais unidades não passariam de projeções do pressuposto do pesquisador.

Embora Pêcheux utilize a noção de FD, ele critica o modo como Foucault negligencia os processos de identificação por meio dos quais o sujeito falante se constitui em sujeito ideológico (COURTINE, 2009). Em outras palavras, ele critica que essa noção em Foucault afasta a ideologia como princípio organizador do discurso. O sujeito falante é, de fato, parte da FD, pois ao construir o seu discurso ele se utiliza de estruturas sintáticas abstratas, temas e figuras que “materializam valores, carências, desejos, explicações, justificativas e racionalizações existentes em sua formação social” (FIORIN, 1998, p. 43). Conseqüentemente, ele não pode ser analisado enquanto individualidade que não sofre as imposições da sociedade em que vive.

A AD, por seu lado, apoia sua noção de FD e FI em três dimensões: o conceito de materialismo histórico⁵, enquanto teoria das formações sociais e suas

⁴ Cf. *Arqueologia do Saber*.

⁵ O materialismo histórico afirma que o modo de produção da vida material condiciona o conjunto de processos da vida social, política, etc. Nessa perspectiva teórica, a matéria é a substância suscetível de receber uma forma. O que interessa, assim, é a materialidade histórica da vida dos homens em sociedade, isto é, trata-se de descobrir (pelo movimento do pensamento) as leis fundamentais que definem a forma de

transformações, a linguística e o discurso como “teoria da determinação histórica dos processos semânticos”. (BRANDÃO, 2012, p. 38).

No quadro teórico da AD, uma FD é constituída por um sistema de paráfrases, dentro do qual ocorre a retomada de enunciados que representam a tentativa de manter as suas ‘fronteiras’ e preservar sua identidade (INDURSKY, 2011). Assim, “enquanto a paráfrase é um mecanismo de fechamento, de delimitação das fronteiras de uma formação discursiva, a polissemia rompe essas fronteiras” (idem, p. 82). Esse aspecto indica que nem sempre é possível fazer com que as fronteiras de FD permaneçam estáveis. Há sempre a possibilidade de que um enunciado adquira novos significados.

3 O AUTOR SOB A VISÃO DISCURSIVA

É lugar-comum associar a palavra autor à imagem de um indivíduo que está na origem dos sentidos. Por essa razão, a prática da leitura nos remete a ideia de que o sentido de um texto deriva da intencionalidade daquele que o produziu. Essa relação imaginária que projetamos sobre tal figura está, de certo modo, relacionada com a função do autor de dar a sua produção escrita a aparência de unidade (ORLANDI, 1990). Ela deve, portanto, ser compreendida como resultado de nossa relação histórico-cultural com a escrita, onde se destaca o efeito de unidade quanto à questão da organização textual.

Halbwachs (1990) nos diz que não é incomum atribuímos a nós mesmos a origem das nossas ideias e reflexões, desconsiderando que elas são inspiradas pelo grupo com o qual convivemos e estabelecemos uma sintonia. Isto quer dizer que nossas reflexões pessoais, feitas a partir de leituras e conversas, nos dão a impressão de terem sido originadas em nós mesmos. Com isso, “nós não percebemos que não somos se não eco” (idem, p. 47). Para a AD, entretanto, o indivíduo não deve ser visto como árbitro da discursivização, mas sim as classes sociais (FIORIN, 1998). Dessa forma, o sujeito do enunciado não se confunde com o autor da formulação, visto que o sujeito é uma função que pode ser ocupada por, “indivíduos até certo ponto indiferentes ao enunciado” (COURTINE, p. 87). Assim, enquanto a formulação está relacionada ao indivíduo, o enunciado está ligado ao sujeito do discurso.

O papel do autor enquanto produtor de linguagem tem sido objeto de discussão, tanto no campo linguístico quanto no literário, notadamente a partir da década de 1960, quando escritores como Barthes e Foucault introduzem novas perspectivas para abordar a relação entre o autor e sua produção escrita. Naquela conjuntura, então marcada pelo estruturalismo linguístico, a AD interveio promovendo críticas a um modelo de interpretação textual pautado na subjetividade. Ainda relativamente comum no espaço escolar, essa abordagem preconiza, grosso modo, a ideia que a competência linguística do leitor, ou seja, o domínio que ele possui em relação à estrutura de uma língua (aspectos sintáticos, morfológicos, semânticos) é suficiente para desenvolver-lhe a habilidade de interpretação textual.

Ao propor um novo olhar sobre a prática da leitura e da interpretação, a AD

reconfigura o papel do autor enquanto produtor de linguagem, fazendo com que a intencionalidade do sujeito falante não seja vista como um elemento constitutivo do sentido. Isso porque ela não se ocupa da questão da intencionalidade do enunciador, e sim o modo como um enunciado significa no texto. Nesse sentido, é a posição social do sujeito que ganha relevância. No livro *Os limites da interpretação*, Eco (2015) exemplifica de que modo o lugar social ocupado pelo enunciador pode interferir na forma como um enunciado é interpretado. No trecho ele cita que “Diante da mensagem ‘Senhor, protege-me’, é espontânea e honestamente que nos perguntemos se ela foi pronunciada por uma freira em oração ou por um camponês que presta homenagem a um feudatário.” Esta passagem demonstra que a posição social do enunciador é um aspecto que deve ser considerado ao analisarmos os efeitos de sentidos produzidos por um enunciado, visto que pode haver mudanças significativas no modo como o enunciado é interpretado.

Lembramos que, do ponto de vista discursivo, o autor não é considerado indivíduo, ou seja, um ser humano inserido no ambiente social, mas como uma das funções enunciativas do sujeito no discurso. Isto porque a AD “não se interessa pelos indivíduos enquanto tais, mas, sobretudo, pelo(s) estatuto(s) que eles ocupam no domínio de atividade” (MAINGUENEAU, 2015, p. 75). Assim sendo, é a posição ocupada pelo sujeito enquanto parte de uma estrutura social, que importa para a AD. Por conseguinte, falar no autor como categoria discursiva implica que, ao produzir seu discurso, ele estabelece uma relação com a exterioridade. Paralelamente, ele constrói a sua própria identidade como autor (ORLANDI, 2008). Logo, o autor, ao formular seus dizeres e se subjetivar em um determinado discurso, o faz por meio da função-autor.

Podemos dizer então que a autoria é uma função do sujeito. A função-autor, que é uma função discursiva do sujeito, estabelece-se ao lado de outras funções, estas enunciativas, que são o locutor e enunciador, tal como as define O. Ducrot (1984): o locutor é aquele que se representa como “eu” no discurso e o enunciador é a perspectiva que esse “eu” constrói. [...] a discursiva do autor é a função que esse assume enquanto produtor de linguagem, produtor de texto. Ele é das dimensões do sujeito a que está mais determinada pela exterioridade (contexto sócio histórico) e mais afetada pelas exigências de coerência, não contradição, responsabilidade, etc. (ORLANDI, 2015, p. 74-75)

Ao criar seu texto, o autor é diretamente afetado pela existência de sentidos

que já circulam no interior de uma dada sociedade e que são, em última instância, determinados pelas condições de produção onde um enunciado se inscreve. Isto quer dizer que o autor não é livre para criar como queira as relações de coesão e coerência em seu texto. Os aspectos semânticos que envolvem sua produção escrita não escapam do fato de que seu texto, enquanto unidade do discurso, é o local onde estão materializados efeitos ideológicos. Isso faz com devamos considerar que em todo discurso existe a presença de significados que são historicamente construídos e fazem parte do imaginário do autor. Nesta direção, podemos dizer que nenhum discurso é produto de uma autoria individual, mas é o resultado do compartilhamento de uma memória coletiva (SILVA e SILVA, 2009). A AD preconiza que certas formas consideradas estáveis podem sofrer mudanças devido a condições de ordem discursiva, de lugar, e, desse modo, produzir diferentes efeitos de sentido (FIORIN, 1996).

Assim, a prática discursiva da leitura, enquanto caminho material para a interpretação, não deve rejeitar os efeitos de sentidos que se distancie dos daqueles pretendidos pelo autor, e sim considerá-los como parte constitutiva do sentido. Em outras palavras, tal falha não deve ser vista, necessariamente, como um mau funcionamento da língua ou falta de competência linguística do falante para interpretar corretamente o código linguístico.

O sentido de que se trata aqui não é um sentido diretamente acessível, estável, imanente a uma iniciada ou a um grupo de enunciados que estaria esperando para ser decifrado: ele é continuamente construído e reconstruído no interior de práticas sociais determinadas. Essa construção do sentido é, certamente, obra de indivíduos, mas de indivíduos inseridos em configurações sociais de diversos níveis. (MAINGUENEAU, 2015, p. 28-29)

Para a AD não há uma relação de transparência entre linguagem e pensamento, já que os diferentes efeitos de sentidos produzidos por um mesmo enunciado revelam a opacidade da língua e suas relações com a historicidade, a memória e a posição social ocupada pelo sujeito no discurso. Esse posicionamento indica o seu distanciamento teórico com o esquema comunicacional baseado na existência de um emissor que transmite ao receptor uma mensagem formulada em um código para representar um elemento da realidade.

Portanto, não se trata aqui de simples transmissão de informação, mas de como a linguagem funciona do ponto de vista da relação entre sujeito, sentido e a

história, ocasionando, assim, múltiplos efeitos de sentido no texto (ORLANDI, 2015). Ainda sobre este aspecto, Charaudeau (2013) considera que um modelo comunicacional que enxerga a relação entre emissor e receptor como simétrica, no sentido de que a função do receptor seria a de um mero decodificador da mensagem do emissor, “elimina todo efeito [...] da intersubjetividade constitutiva das trocas humanas [...]” (*idem*, p. 35). Nessa direção, a AD rompe com a análise de conteúdo e com a filologia ao se constituir como uma teoria da leitura, simultaneamente, com a linguística no momento em que essa reivindica para si a semântica como um de seus componentes (POSSENTI, 2007).

O postulado linguístico que coloca o sujeito na origem dos sentidos é contestado por Pêcheux (1995) em muitos pontos. Um deles é que uma interpretação formalista-logicista dos mecanismos linguísticos discursivos, organizada em torno das teorias gerativistas de Chomsky, “encobre o efeito ideológico ‘sujeito’, pelo qual a subjetividade aparece como fonte, origem.” (*idem*, p. 131). Assim, enquanto para Chomsky a gramática engloba todos os componentes da língua, passando a sintaxe a servir de base para os componentes fonológicos e semânticos. A função da gramática, sendo apenas normativa, é permitir que uma frase seja julgada incorreta em relação a uma determinada língua, porém, os sentidos e as significações não são de natureza gramatical (HENRY, 1992).

Embora no campo da linguagem tenha prevalecido um sistema baseado na competência linguística, não podemos deixar de salientar que outras perspectivas teóricas propuseram fazer intervir no campo da textualidade elementos externos à língua, a exemplo da sociolinguística. Contudo, tais abordagens foram ainda consideradas insatisfatórias por Pêcheux (1995) no tocante à questão da produção dos sentidos. Segundo o filósofo francês, elas continuaram mantendo vínculos contraditórios com a tendência formalista-logicista da linguagem, preservando, nesse sentido, a visão de “uma linguística do estilo como desvio, transgressão, ruptura, etc.” (PÊCHEUX, 1995, p. 21).

É a partir de Benveniste⁶ que a noção de subjetividade adquiriu um estatuto verdadeiramente linguístico, ou seja, quando ele visou demonstrar que essa noção estaria relacionada à capacidade de o locutor de se propor como sujeito. Assim, na concepção de Benveniste, é especificamente na linguagem, por um ato individual, que se instaura a posição de sujeito. Ou seja, quando o locutor se apropria de certas

⁶ Cf. Problemas de Linguística Geral.

marcas na língua, a exemplo do pronome 'eu', o qual sempre se dirige a um 'tu', instaurando, desse modo, a intersubjetividade.

Para a AD, as práticas linguísticas devem ser analisadas como um fenômeno perpassado pela história e inscrito nos aparelhos ideológicos de uma formação econômica. Dessa perspectiva, a língua é considerada opaca e atravessada por elementos não diretamente relacionados à sua estrutura, (fonológica, morfológica, sintática), mas ligados a história e seus efeitos ideológicos. Possenti (2009) cita três razões para as múltiplas interpretações de um texto. Inicialmente, o leitor pode relacioná-lo a um discurso específico, diferente daquele que o autor está inscrito. Ele pode, por exemplo, fazer uma leitura literal da Bíblia, interpretando-a “como se se tratasse literalmente da história da criação do homem na terra” (idem, p. 14). Uma forma de leitura que pode conduzir o leitor a diferentes datações no que diz respeito ao tempo de existência do ser humano na Terra. Em segundo lugar, o leitor, por já deter um conhecimento sobre determinado tema, poderá ler um texto como algo já sabido, ainda que o autor esteja tentando dizer algo diferente. Ou seja, ainda que o autor esteja aderindo a outro discurso. A terceira razão diz respeito à liberdade que o leitor possui de relacionar os enunciados presentes em um texto a outros, sem considerar “gêneros, FD, campos diversos, doutrinas eventualmente expostas, etc.” (ibidem, p. 15).

Historicamente, o ato de aprender a ler e escrever estiveram, quase sempre, condicionados às regras escolares que ditam normas que funcionam como uma espécie de “assepsia do pensamento (as famosas 'leis' semântico-pragmáticas da comunicação.)” (PÊCHEUX, 1995, p. 62). Tais regras remetem a uma questão ainda muito presente nos livros escolares: ‘o que o autor quer dizer no texto?’. Entendemos que, para um entendimento dos aspectos discursivos do texto, ou seja, da materialização de uma dada ideologia, a mesma questão pode ser reformulada para: ‘o que o texto significa?’ Desse jeito, deslocamos foco de análise dos aspectos semânticos do texto não apenas para o funcionamento da língua por si mesma, mas com base em sua articulação com a história e com os lugares sociais ocupados pelos interlocutores.

3.1 OS ESQUECIMENTOS

A descoberta do inconsciente por Freud acarreta uma profunda alteração no conceito de sujeito, o qual passa a ser compreendido com base na divisão entre o consciente e o inconsciente. Apoiado nessa concepção freudiana, a AD constrói modo de constituição do sujeito no discurso. Ele se dá por meio de duas espécies de esquecimento: o primeiro (esquecimento n.º 1) faz com que o sujeito se coloque como fonte do sentido, sendo de natureza inconsciente e ideológica. Ele faz com que o sujeito apague, inconscientemente, elementos que remetem a um exterior de sua formação discursiva (FD)⁹, da qual ele extrai os sentidos daquilo que diz. Desse modo, ele recusa uma e não outra sequência para construir as relações de sentido em seu texto (BRANDÃO, 2012).

[...] para a AD, o sujeito, por não ter acesso às reais condições de produção de seu discurso devido à inconsciência de que é atravessado e ao próprio conceito de discurso com o qual trabalha a AD — uma teoria materialista da discursividade — representa essas condições de maneira imaginária. É o que Pêcheux (1969) chama jogo de imagens de um discurso. (MUSSALIM, 2004, p. 136)

O esquecimento n.º 2 funciona de forma pré-consciente ou consciente. Ele ocorre quando o sujeito retoma ao seu discurso para explicar a si próprio o que diz, de modo a formular os seus dizeres de maneira mais adequada e aprofundar o que pensa. Para isso ele se utiliza de estratégias discursivas tais como, interrogação retórica e reformulação tendenciosa (BRANDÃO, 2012). Nesse movimento, o sujeito seleciona linguisticamente o que deve dizer por meio da relação de paráfrases que se estabelece entre as sequências discursivas que odomina e estão presentes em uma determinada formação discursiva (FD).

Ao fazer uma releitura de Freud, Lacan reexamina o inconsciente como uma estrutura da linguagem. Isso quer dizer que o discurso do sujeito é sempre atravessado pelo discurso do Outro¹⁰, ou seja, pelo inconsciente. Nesse lugar desconhecido é de onde surgem as outras vozes, (o discurso da família, da igreja, da escola, etc.). Assim, a compreensão do sujeito como um efeito de linguagem através da psicanálise visa compreender o caráter heterogêneo presente no discurso do sujeito, o qual está dividido entre o consciente e o inconsciente. Brandão (2012) sustenta que a relevância do projeto lacaniano para a AD diz diretamente respeito às questões referentes ao sujeito e a ideologia, a qual pode ser descrita como um sistema de representações estruturado por meio

do inconsciente.

Isto supõe que o sujeito deixe de ser considerado como o eu-consciência *mestre do sentido* e seja reconhecido como *assujeitado do discurso*: da noção de subjetividade ou intersubjetividade passamos a de assujeitamento. O efeito-sujeito aparece então como o resultado do processo de assujeitamento e, em particular, do assujeitamento discursivo (PÊCHEUX, 2011, p. 156).

A compreensão do sujeito como efeito de linguagem psicanalítico permite entendê-lo como uma divisão entre o consciente e o inconsciente, revelando, deste modo, o seu caráter heterogêneo. Para Brandão (2012), a relevância do projeto lacaniano para a AD interfere diretamente nas questões referentes à ideologia e ao sujeito. Nesse sentido, o texto é considerado o resultado de um trabalho ideológico não consciente. Assim sendo, o sujeito do discurso não pode ser tomado como aquele que está na origem dos sentidos já que estes estão previamente determinados pelas condições de produção nas quais o enunciado ocorre.

4 MEU PERSONAGEM DA SEMANA: AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO

Ao analisarmos as condições de produção (CP) em que a crônica *Complexo de vira-latas* surge, investigamos o contexto imediato e mais amplo em que ela foi publicada. O primeiro aspecto diz respeito ao papel social do autor, seu público leitor e a revista *Manchete Esportiva*, semanário onde a coluna *Meu personagem da semana* e lugar de acontecimento dos textos atribuídos a Nelson Rodrigues. Neste ponto também consideramos relevante abordar alguns aspectos sobre a crônica enquanto gênero narrativo. No contexto mais amplo, foram observados os aspectos sócio-históricos relacionados ao futebol e ao funcionamento da imprensa esportiva no Brasil no período em que a crônica foi escrita, considerando-se as relações de poder que atravessam a própria existência do jornal enquanto elemento do aparelho ideológico da informação.

As condições de produção “constituem a instância verbal de produção dos discursos: o contexto histórico social, os interlocutores, o lugar de onde falam e a imagem que fazem de si do outro e do referente”. (BRANDÃO, 2012, p. 105). Elas dizem respeito tanto a sua historicidade quanto às formações sociais, assim como produção de imagens dos sujeitos em um dado momento histórico. (ORLANDI, 2015). Pêcheux (1997) apresenta a relação abaixo para designar as relações imaginárias nas quais se concretizam os discursos e fazem parte das suas condições de produção. Onde A e B designam posições em uma dada estrutura social e R o referente (contexto em que aparece o discurso).

- De A para A: “Quem sou eu para lhe falar assim?”
- De B para A: “Quem é ele para que eu lhe fale assim?”
- De B para B: “Quem sou eu para que ele me fale assim?”
- De A para B: “Quem é ele para que me fale assim?”
- De A sobre R: “de que lhe falo assim?”

Tais relações representam discursos relacionados ao modo como imaginamos o mundo em que vivemos, nossas crenças, ou seja, um “sistemas de valores dos quais os indivíduos se dotam para julgar essa realidade” (CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2016, p. 433). Moreno (2014) explica que os diversos sujeitos sociais conduzem suas experiências por representações – atribuídas, autoatribuídas

e compartilhadas – a respeito de quem são e de quem podem ou desejam ser.

A concepção pecheutiana de CP está amparada na concepção marxista de condições econômicas de produção e busca indicar que as condições sob as quais o discurso é produzido correspondem a “invariantes semântico-retóricas estáveis, no conjunto dos discursos suscetíveis de serem produzidos”. (idem, p. 1151). Isto significa que o sujeito falante é sobredeterminado por um conjunto de saberes, valores e crenças que lhe impõe certos papéis.

A utilização dessa noção no presente trabalho não se constitui como uma tentativa de representar uma relação de causalidade automática entre o discurso e as classes sociais, já que elas possuem um alto nível de complexidade e estão, também, determinadas pelo contexto em que ocorrem e a memória. Vejamos agora alguns elementos que estão presentes nas condições de produção da coluna esportiva *Meu personagem da semana*.

4.1 O PAPEL SOCIAL DO AUTOR

Ao propor que a análise do discurso (AD) estivesse inscrita no campo das pesquisas linguísticas, Pêcheux (2019) a coloca em confronto com o espaço da leitura e da interpretação, fazendo dela uma prática que põe a figura do historiador, do filósofo, do escritor, do leitor, etc. diante da discursividade. Desse modo, podemos dizer que o papel do autor se assemelha ao do historiador no sentido de que caberia a ambos o papel social de reconstruir as formas discursivas e materiais de um texto, bem como as circunstâncias em que elas são produzidas. Nessa direção, tanto historiadores quanto filósofos, romancistas, cronistas, etc. estão vinculados à função-autor (CHARTIER, 2012).

Pensar no papel social do autor implica em analisar como, enquanto sujeito discursivo, ele é culturalmente construído em um contexto sócio-histórico (ORLANDI, 2008) Esse entendimento exige que possamos compreender o seu funcionamento não só no espaço institucionalizado da escola, mas também fora de seus domínios, “é atuar no que define a passagem da função do sujeito enunciador para a de sujeito-autor” (idem, p. 79). Ainda sobre a questão, a autora (2008, p.80) afirma que

a responsabilidade do autor é cobrada em várias dimensões: quanto a unidade do texto, quanto à clareza, quanto a não-contradição, quanto à

correção, etc. Exige-se uma relação institucional com a linguagem. Uma ilustração disso que estamos falando é a situação comum em que o professor considera certos textos de alunos, até compreensíveis, mas inaceitáveis. O que o professor está cobrando, e está faltando, é que o aluno assuma a posição de autor.

Tal papel implica que não é atribuição do autor ‘criar discursos’, visto que esses possuem existência anterior ao texto por ele produzido. Seu papel seria, portanto, reconstruí-los, ressignificá-los, reconfigurando, sob esse aspecto, as formas do *dizer*. Apesar disso, Foucault (1996) entende que determinados autores, dada a singularidade de sua obra, podem ultrapassar a condição de meros organizadores de discursos, ocupando, nesse sentido, o patamar de ‘fundadores de discursividade’, a exemplo de Freud e Marx. Segundo o filósofo francês, esses escritores teriam ido além do papel de organizadores de discurso, produzindo as regras e possibilidades de formação de outros textos.

A noção de autoria em Foucault (2015) é usada para questionar os mecanismos por meio dos quais um nome próprio é atribuído a alguns textos e não a outros. Dessa forma, aquilo que designa uma autoria exerce um papel classificatório em relação ao conjunto da obra de um autor, fato que possibilita juntá-las em torno de seu nome. Assim, quando ele fala de ‘autor’ como fonte de uma obra, o destaque é dado àquele que exprime uma visão ‘singular’ do mundo.

No campo da AD materialista, a noção de autoria possui um caráter mais amplo. Na verdade, qualquer produção escrita, independentemente de possuir ou não um aspecto singular, ou raro, permite que possamos nos referir a ela como tendo um autor. Assim sendo, para que a *função-autor* se estabeleça basta que “o produtor de linguagem se representa na origem”, (ORLANDI, 1996, p. 69), ou seja, que ele mostre a presença do ‘eu’ na enunciação, responda pelo que diz e produza um texto com unidade, coerência e responsabilidade social. Dessa maneira, todo enunciado pressupõe a existência de um autor.

[...] à diferença de Foucault, que guarda a função de autor para situações enunciativas especiais [...] procuramos estender a noção de autoria para o uso corrente, enquanto função enunciativa do sujeito, distinta da de enunciador e de locutor. [...] Em outras palavras, ela se aplica ao corriqueiro da fabricação da unidade do dizer comum, afetada pela responsabilidade social. (ORLANDI, 1996, p. 69)

No que diz respeito à questão do estilo, Possenti (2009) considera que a sua

combinação com a noção de autoria não representa nenhuma 'violência teórica', podendo, assim, atuar de modo harmônico no campo da AD, desde que se consiga desvincular a noção de autor do domínio do romantismo. Melhor dizendo, desde que não a considere o estilo tomando por base a relação autor-obra, vinculando-o, nesse sentido, a noção de estilo à personalidade do autor. Dessa perspectiva, o estilo não deve ser tido como expressão da subjetividade por meio da qual "um autor onisciente escolheria a melhor das alternativas para cada caso e calcularia detalhadamente os desvãos e os detalhes de sentido, suporia leitores que se dariam conta exatamente da sua manobra" (POSSENTI, 2009, p. 92).

A propósito, Charaudeau e Maingueneau (2004) apontam grande dificuldade em definir uma linha de separação entre a AD e a estilística, já que esta pode assumir formatos muito variados. Logo, a delimitação da fronteira entre a AD e a estilística se apresenta de maneira diferente quando analisamos uma obra do ponto de vista linguístico ou de sua produção, circulação e consumo. Seria, portanto, os elementos ligados a esses três últimos aspectos que parece chamar a atenção da AD quando se trata da questão do estilo.

O destaque dado à figura do autor está ligado ao fim da idade média, período em que a noção de indivíduo ganha relevância social (BARTHES, 2004). Nesse período, a posição social do autor adquire maior visibilidade e prestígio social. Essa é uma conjuntura amparada por teorias do conhecimento como o empirismo inglês, o racionalismo francês e a chegada do capitalismo. Essas tendências possuem em comum o fato de valorizar a autonomia individual. Tem-se, desse modo, um quadro social caracterizado pelo conflito de interesses entre o direito individual do autor e o do produtor de suas obras pelo editor livreiro. Nesse contexto, Chartier (2012) considera que a definição de propriedade literária foi essencial para sustentar a construção da função-autor, isto porque a questão do copyright (direito sobre a obra), na Inglaterra, a partir do início do século XVIII, alterou substancialmente as práticas de publicação dos textos.

Antes desse período, depois da metade do século XVI, a Stationer's Company, comunidade de livreiros e Impressores de Londres, reivindica a perpetuidade do monopólio sobre o copyright, o qual havia adquirido junto aos seus autores, pleiteando inclusive a direito de poder transmiti-los como herança. Entretanto, a decisão da Rainha quebrava esse monopólio, permitindo que os próprios autores registrassem o seu copyright, tornando-se por direito seus

detentores. Este cenário mostra que a função do autor está identificada com aspectos sócio-jurídicos e econômicos, evidenciado sua ligação com um dado quadro institucional.

Foucault (1969) observa que a figura do autor é construída socialmente a partir de diferentes contextos históricos. Ele cita como exemplo o período em que a igreja, com seu caráter punitivo, controlava a publicação de textos que fossem considerados transgressores. O discurso era, nesse sentido, um ato que colocava de um lado o profano e o sagrado, o lícito e o ilícito, o religioso e o blasfemo. Logo, a presença do campo religioso funcionava como uma espécie de censor das produções escritas.

[...] a função-autor está ligada ao sistema jurídico e institucional que contém, determina, articula o universo dos discursos; ela nasce se exerce uniformemente e da mesma maneira sobre todos os discursos, em todas as épocas e em todas as formas de civilização; ela não é definida pela atribuição espontânea de um discurso ao seu produtor, mas por uma série de operações específicas e complexas; ela não remete pura e simplesmente a um indivíduo real, ela pode dar lugar simultaneamente a vários egos, a várias posições-sujeito que classes diferentes de indivíduos podem vir a ocupar (FOUCAULT, 1969, p. 20).

Retomando a discussão sobre a origem do sentido, Barthes (2004), ao anunciar provocativamente a 'morte do autor', fez, de fato, uma crítica em relação à forma como as obras literárias são analisadas, pois, para ele, havia pouca produtividade em discutir sobre elas baseado nas supostas intenções do autor. Em *A morte do autor* (1988), Barthes nos conduz, ilustrativamente, a repensar o papel do autor ao comentar sobre um trecho da novela *Sarrasine*, do escritor Honoré de Balzac. No trecho, o narrador descreve, em primeira pessoa, os sentimentos de um castrado ao se disfarçar de mulher: "Era uma mulher, com seus medos repentinos, seus caprichos..." (*ibid.*, p. 190). A partir desse fragmento, Barthes afirma que não seria possível determinar a origem dessa fala, pois a produção de um texto representa o apagamento da origem de uma voz, portanto, não se poderia afirmar que uma determinada fala pertença ao escritor, autor, personagem, ou mesmo a uma sabedoria universal.

Essa ideia, de certo modo, aponta para uma perspectiva linguística de análise da obra que reconhece um sujeito e não uma pessoa. Isso significa que o autor ocupa um lugar, antes vazio, no momento da enunciação. Nesta direção

Chartier (2012, p. 27) considera que se deve pensar no autor como uma função discursiva, ao invés da evidência individual e social. Em outras palavras, a função-autor está relacionada à circulação e ao funcionamento discursivo a partir de determinadas condições de produção.

Esse ponto de vista nos permite identificar as diferentes posições assumidas pelo sujeito no discurso sem ser necessário recorrer aos aspectos individuais ou psicológicos da vida de um escritor. Assim, no campo da AD, a noção de subjetividade sofre um deslocamento teórico considerável, fazendo com que a questão da produção dos sentidos tenha como referência não a intencionalidade do sujeito, mas o enunciado e as condições de produção em que ele se insere.

4.2 A CRÔNICA: UM GÊNERO HÍBRIDO

A princípio, a crônica era usada para relatar acontecimentos em ordem cronológica, sem se ocupar em aprofundar desses episódios (RIBEIRO, 2009). Esse gênero se consolida no Brasil no século XX. De caráter híbrido, ele circula entre a literatura e o jornalismo, podendo, dessa forma, assumir diferentes formatos (confissão, resenha, diálogo, confissões, etc.) (*Idem*). Sua ligação com o jornalismo a coloca, naturalmente, em contato com questões do cotidiano da cidade. Seu aspecto literário, entretanto, faz com que o leitor se depare com um tipo de leitura que transita entre ficção e realidade.

Ligada ao jornalismo, a crônica está presa, quase sempre, ao circunstancial. Nela, o autor pode carregar o leitor para suas microaventuras diárias, cujas fronteiras com a ficção são muitas vezes nebulosas, como nas crônicas/contos de Fernando Sabino. Ou, como Raquel de Queiroz, desvelar um mundo vasto de episódios, costumes e anedotas do sertão nordestino — e seu flagrante contraste com o mundo cosmopolita. (RIBEIRO, p.28)

Na visão de Cândido (1992), a crônica se constituiu como um 'gênero menor' quando comparada ao romance, por exemplo. Em contrapartida, a sua despreensão deste gênero teria na visão desse autor um caráter 'humanizador'. Logo, embora haja estilos de maior eloquência, Cândido não deixa de considerar a crônica um gênero digno de admiração.

Em lugar de oferecer um cenário excelso, numa revoada de adjetivos e períodos candentes, pega o miúdo e mostra nele uma grandeza, uma beleza ou uma singularidade insuspeitada. Ela é amiga da verdade e da poesia nas suas formas mais diretas e também nas suas formas mais fantásticas, sobretudo porque quase sempre utiliza o humor (*idem* p. 27).

Ribeiro (2009) enxerga a crônica brasileira como um gênero multifacetado que vai da prosa poética de um Paulo Mendes ao comentário político de João Ubaldo Ribeiro, podendo se aproximar do conto ficcional, como em Fernando Sabino, até uma experiência existencial de uma Clarice Lispector. Embora sem a mesmo vigor do século XX, Ribeiro acredita que esse estilo continua tendo seu espaço nos jornais e revistas, mesmo sendo considerado um 'gênero menor', como afirma Cândido. Seu estilo fez com que a crônica conseguisse se afastar do formalismo da imprensa e da literatura, então comum no século XIX. Não obstante, seu estilo despretensioso, a crônica consegue transpor o seu caráter tipicamente rotineiro e abordar temas sociais de forma incisiva.

Nessa direção, Cândido (1992) considera que quando a crônica passa do jornal para o livro ela pode revelar uma durabilidade bem maior do que pensávamos. No Brasil, especificamente, a crônica se desenvolveu peculiarmente. Antes de tornar-se crônica, este gênero era apenas artigo de rodapé (folhetim) sobre questões do dia a dia. Gradualmente, foi sendo encurtada até chegar ao que é hoje, uma linguagem mais leve e descompromissada, muitas vezes voltada para o humor, e que se afasta da "lógica argumentativa ou da crítica política, para penetrar poesia adentro" (Cândido, 1992, p. 28).

De acordo com Prado (2020), é possível identificar duas categorias distintas no que concerne sua ligação com o jornalismo, ao se voltar para temas do cotidiano, ela busca apresentá-los factualmente, visando transparecer objetividade e imparcialidade. De uma perspectiva literária, ela se caracteriza pela maior criatividade e liberdade de expressão, recriando fatos jornalísticos, e ultrapassando "a referencialidade própria do veículo [...]". (*idem* p. 53)

Em consonância com Prado, Ribeiro (2009) diz que das principais características da crônica brasileira, desde o fim do século XIX, é a abordagem a elementos do cotidiano das grandes cidades e, embora vinculada ao jornalismo, a sua perspectiva não é meramente referencial. Desse modo, ao chegar ao leitor,

a realidade é transfigurada pela visão do cronista. Esse se utiliza de elementos como metáforas e metonímias para ultrapassar os limites da referencialidade. Para Cândido (1992) estudar um texto literário a partir de seu vínculo com a exterioridade significa entrar pela própria constituição do discurso. Dessa maneira, é possível verificar que “o autor pode manipular a palavra em dois sentidos principais: reforçando ou atenuando sua semelhança com o mundo real.” (idem, p. 34)

A crônica jornalístico-literária tem como característica abordar aspectos da vida cotidiana por meio de um olhar literário. Apesar de lidar com fatos jornalísticos no sentido de uma realidade fática, o cronista tem a liberdade para dar uma nova dimensão a realidade. Assim, enquanto a linguagem jornalística tem um viés voltado para a linguagem objetiva e imparcial, a crônica é um espaço aberto para a criatividade do autor, ou seja, para o aspecto polissêmico da linguagem. Desse modo, a crônica esportiva rodriguiana se utiliza de elementos da realidade esportiva, especificamente do futebol, para produzir uma espécie de encenação dramática. Resumidamente podemos dizer que o público leitor da revista era voltado para brasileiro interessado não apenas em futebol, mas, de modo geral, e entretenimento.

4.2 MANCHETE ESPORTIVA: O LUGAR DOS ACONTECIMENTOS

A revista *Manchete Esportiva* foi um semanário da editora Bloch. Ela circulou entre os períodos de 1955 e 1959 e, posteriormente, entre 1977 e 1979. Teve dentre os seus colaboradores personalidades como os escritores Fernando Sabino, Antônio Callado, Rubem Braga e o poeta Carlos Drummond de Andrade, dentre outras figuras ilustres, além, é claro, de Nelson Rodrigues. Fundada pelo empresário ucraniano Adolpho Bloch (1908-1995), fazia parte do Grupo, além da revista, a Rede Manchete de televisão e emissoras de rádio. A organização atingiu seu auge entre os anos de 1970 e 1980 e foi também a responsável pela publicação das revistas *Fatos e Fotos*, *Ele & Ela*, *Amiga* e *Desfile*, tendo sua falência decretada em 2020¹¹.

Charaudeau (2013) considera que, do ponto de vista empírico, o funcionamento das mídias de informação recorrem simultaneamente a uma

lógica econômica e outra simbólica. A primeira leva em conta sua finalidade empresarial (o mercado, meios tecnológicos para sua produção, etc.) A segunda “faz com que todo organismo de informação tenha por vocação participar da construção da opinião pública” (idem, p. 21).

Para Anderson (2009,) tanto o romance quanto o jornal proporciona ‘meios técnicos’ para representar a nação como comunidade imaginada. Eles permitiram que as sociedades sejam representadas como um organismo sólido e estável, onde seus membros, que nunca estiveram juntos, mantenham uma ligação entre si e “esta é a novidade desse mundo imaginado que o autor invoca no espírito dos seus leitores” (idem, p. 56)

Segundo Niskier (2012), os anúncios na revista eram escassos, apesar de serem de melhor qualidade do que o *Jornal O Campeão*. A falta de anunciantes elevava o custo da publicação. Em sua fase final, com novo formato que incluía fotonovelas com jogadores famosos, a revista foi fechada após graves prejuízos (idem).

O primeiro número da revista manchete esportiva, em 26 de novembro de 1955, ao preço de sete cruzeiros, tinha 38 páginas, a maioria delas dedicadas aos 60 anos de fundação do Flamengo, campeão carioca de futebol dos dois anos anteriores, 1953 em 1954. Na capa, uma foto de Rubens, principal jogador do time, sorridente, vestido de bacharel e equilibrando uma bola no ombro.

Figura 1 – Edição nº 1 da revista Manchete Esportiva⁷

⁷ Chamou-nos a atenção a frase de teor racista em destaque no canto superior direito dessa edição “quem ama o preto branco lhe parece”. A chamada é referente a reportagem do Jornalista Paulo Rodrigues sobre o romance entre o jogador negro da equipe do Fluminense do Rio de Janeiro conhecido como “Escurinho” e uma jovem



Fonte: site da Biblioteca Nacional Digital do Brasil⁸

A revista era majoritariamente voltada para o campo futebolístico, mas também abria espaço para outras modalidades esportivas. Nessa revista, na seção intitulada “meu personagem da semana” Nelson Rodrigues escrevia suas crônicas futebolísticas.

branca chamada Dalita.

Figura 2 – Crônica Complexo de vira-latas⁹

Fonte: site da Biblioteca Nacional Digital do Brasil¹⁰

4.3 A “PÁTRIA DE CHUTEIRAS”: O FUTEBOL COMO SIMBOLISMO NACIONAL

“Eu só sei viver com minha língua e minha pátria. Sou um homem da minha rua.”

(Nelson Rodrigues)

As questões nacionais são temas recorrentes nas crônicas esportivas de Nelson Rodrigues. Peculiarmente, os assuntos que envolvem a relação afetiva do

⁹ Ainda sem o título “Complexo de vira-latas”

¹⁰ Disponível em <<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=116335&pagfis=1>> Acesso em: 29/08/2020.

brasileiro com aspectos da sua cultura, tais como orgulho de sua nacionalidade. Zanin (2012) considera que Nelson Rodrigues inaugurou uma “modalidade de reflexão” sobre o povo brasileiro a partir do futebol, mesmo sem jamais ter escrito um texto sobre o assunto diretamente. Para ele o escritor “criou algo que se pode chamar de um sistema, uma forma de pensamento sobre o caráter nacional, do qual o futebol seria a forma expressiva por excelência” (idem, p. 145). No plano da dramaturgia, Zanin (idem) aponta que os recursos linguísticos utilizados por Rodrigues fazem com que uma partida de futebol adquira um caráter mítico, onde qualquer disputa, no mais simples estádio de futebol parece ocorrer numa arena grega. Não por acaso Rodrigues utilizou-se da expressão *pátria de chuteiras* como metáfora da Seleção Brasileira. Em seus textos, a equipe nacional sempre se viu associada a discussões que pode ser remetida a uma ideologia nacionalista. Segundo DaMatta (1982), as ideologias políticas estão integradas a esfera futebolística, sendo o nacionalismo a mais visível delas. De certo modo, a associação ideológica entre futebol e nacionalismo produzia na época de Nelson Rodrigues (hoje talvez não tanto) uma espécie de união nacional em torno das partidas de futebol.

O futebol, portanto trouxe a superfície da ideologia nacional o dilema das motivações vivas e atuais, e desejo vencer; e as formas da ‘raça’ - pessoais e incontroláveis - e acabam conduzindo a derrota. A derrota no futebol, Assim acabou reativando o velho modelo cultural pessimista, expresso um drama de uma sociedade que se acredita racialmente impura. Eis aqui, uma fórmula grosseira, isso citando as velhas teorias racistas que são parte dominante da ideologia Brasileira. (DAMATTA, 1982, p. 32)

Essa característica produziu a impressão de que a Seleção Nacional estava simbolicamente “representando todos os brasileiros” (idem 49). Nesse sentido, o futebol brasileiro pode ser estudado como capaz de provocar uma série de dramatizações do mundo social. Um dos traços essenciais do drama é a sua capacidade de chamar atenção, revelar, e apresentar descobrir relações, valores ideologias que podem estar em estado de latência ou de virtualidade num dado sistema social. (idem, p. 29)

Gutterman (2010) assinala que não é possível dissociar os desdobramentos da vida política e econômica do Brasil do futebol. O autor observa que o ciclo de riqueza gerado pelo café em meados do século XIX

permitiu, além da melhora econômica, alterações de hábitos socioculturais ocasionados pela entrada maciça de imigrantes no Brasil, dentre os quais a introdução do futebol em nosso cenário cultural (*idem*). No começo, o futebol foi considerado uma atividade ligada a elite aristocrática, assim, “aos ingleses bem-sucedidos, juntou-se a elite cafeeira paulista” como os primeiros praticantes do esporte no país (*idem*, p. 40). Algo bem diferente do que aconteceu na Inglaterra, onde o futebol esteve ligado ao crescimento da massa operária. Lá os jogos serviam de palco para que a classe trabalhadora exteriorizasse sua hostilidade em relação as suas condições de existência econômica, classe essa que no Brasil apenas mais tarde foi incorporada ao futebol.

A ruptura do futebol, de esporte de elite para esporte de massa, de esporte amador para esporte profissional, se daria mais concretamente na década seguinte, nos anos de 1920, quando a Primeira República já dava sinais de desgaste em razão de seu desprezo atávico por tudo que cheirasse a povo. (GUTERMAN, 2009, p. 20)

Para DaMatta (1982), o futebol brasileiro retrata um conflito entre destino pessoal e vontade individual. Nesse sentido, a leitura do futebol pode ser analisada como um conflito entre forças coletivas e impessoais do destino, que encontra nesse esporte uma forma de fugir da pobreza, o que o torna propenso a servir de dramatização muito popular.

Anderson (2009) apresenta uma visão o nacionalismo que não se confunde com o racismo ou fascismo. Sua análise se volta mais para a questão da ascensão do ‘sentimento nacional’. Dessa forma, o nacionalismo é visto como um produto cultural que precisa ser analisado com cuidado, cujas origens históricas e transformações temporais o revestem de uma profunda legitimidade emocional (*idem*). Nesse sentido, o autor visa demonstrar que a criação do nacionalismo, no final do século XVIII, surge a partir do cruzamento complexo de diferentes forças históricas. Ao serem transplantadas, as ideias em torno do nacionalismo adquirem variados graus de autoconsciência, sendo incorporadas a uma grande variedade de “constelações políticas e ideológicas” (*idem*, p. 30). Ele também considera que o nacionalismo surgido no final do século XVIII é, em parte, fruto do desgaste das convicções religiosas.

[...] o século XVIII, na Europa Ocidental, marca não só o amanhecer da era do nacionalismo, mas também o anoitecer dos modos de pensamento religiosos. O século do iluminismo, do secularismo nacionalista, trouxe consigo suas próprias trevas modernas. A fé religiosa declinou, mas o sofrimento que ela ajudava a apaziguar não desapareceu. [...] Admite-se que os estados nacionais são “novos” e “históricos”, ao passo que as nações a que eles dão expressão política sempre assomam de um passado imemorial [...] (ANDERSON, 2009, p. 38)

Penna (1994) propõe uma interpretação do nacionalismo a partir de duas diferentes perspectivas: a do nacionalismo moderno, que surge como ideologia entre o final do século XVII e princípio do século XIX, então sob o efeito da revolução Americana de 1776 e da revolução francesa de 1789; e de um nacionalismo que se confunde com ‘patriotismo tribal’ ou ‘bairrismo’, baseado em um sentimento de solidariedade ao grupo étnico.

Hobsbaw (1990) afirma que a característica básica da nação moderna é que a identificação nacional deve ser vista como algo natural e amplamente aceito pela comunidade. Assim, para entender o conceito moderno de nação, ele nos orienta a observar seu uso desse termo no discurso político, especialmente a partir de 1830. Em seu trabalho o termo “nacionalismo” é empregado, essencialmente, no sentido de unidade política e nacional. Para ele, o termo nação não se configura como uma entidade originária ou imutável, já que elas não formam os Estados e os nacionalismos, e sim o contrário.

5 COMPLEXO DE VIRA-LATAS: POSSIBILIDADES DISCURSIVAS

Transcrevemos abaixo a crônica *Complexo de vira-latas* de Nelson Rodrigues, que foi publicada na coluna Meu personagem da semana da revista *Manchete Esportiva*, em 31 de maio de 1958 e republicada em *À sombra das Chuteiras Imortais*, uma coletânea de crônicas organizada por Ruy Castro e publicada em 1993.

Hoje vou fazer do escrete o meu numeroso personagem da semana. Os jogadores já partiram e o Brasil vacila entre o pessimismo mais obtuso e a esperança mais frenética. Nas esquinas, nos botecos, por toda parte, há quem esbraveje: “O Brasil não vai nem se classificar!”. E, aqui, eu pergunto:

— Não será esta atitude negativa o disfarce de um otimismo inconfesso e envergonhado?

Eis a verdade, amigos: — desde 50 que o nosso futebol tem pudor de acreditar em si mesmo. A derrota frente aos uruguaios, na última batalha, ainda faz sofrer, na cara e na alma, qualquer brasileiro. Foi uma humilhação nacional que nada, absolutamente nada, pode curar. Dizem que tudo passa, mas eu vos digo: menos a dor-de-cotovelo que nos ficou dos 2 x 1. E custa crer que um escore tão pequeno possa causar uma dor tão grande. O tempo passou em vão sobre a derrota. Dir-se-ia que foi ontem, e não há oito anos, que, aos berros, Obdulio arrancou, de nós, o título. Eu disse “arrancou” como poderia dizer: “extraíu” de nós o título como se fosse um dente.

E hoje, se negamos o escrete de 58, não tenhamos dúvida: — é ainda a frustração de 50 que funciona. Gostaríamos talvez de acreditar na seleção. Mas o que nos trava é o seguinte: — o pânico de uma nova e irremediável desilusão. E guardamos, para nós mesmos, qualquer esperança. Só imagino uma coisa: — se o Brasil vence na Suécia, se volta campeão do mundo! Ah, a fé que escondemos, a fé que negamos, rebentaria todas as comportas e 60 milhões de brasileiros iam acabar no hospício.

Mas vejamos: — o escrete brasileiro tem, realmente, possibilidades concretas? Eu poderia responder, simplesmente, “não”. Mas eis a verdade:

— eu acredito no brasileiro, e pior do que isso: — sou de um patriotismo inatual e agressivo, digno de um granadeiro bigodudo. Tenho visto jogadores de outros países, inclusive os ex-fabulosos húngaros, que apanharam, aqui, do aspirante-enxertado do Flamengo. Pois bem: — não vi ninguém que se comparasse aos nossos. Fala-se num Puskas. Eu contra-argumento com um Ademir, um Didi, um Leônidas, um Jair, um Zizinho.

A pura, a santa verdade é a seguinte: — qualquer jogador brasileiro, quando se desamarra de suas inibições e se põe em estado de graça, é algo de único em matéria de fantasia, de improvisação, de invenção. Em suma:

— temos dons em excesso. E só uma coisa nos atrapalha e, por vezes, invalida as nossas qualidades. Quero aludir ao que eu poderia chamar de complexo de vira-latas”. Estou a imaginar o espanto do leitor: — “O que vem a ser isso?” Eu explico:

Por “complexo de vira-latas” entendo eu a inferioridade em que o brasileiro se coloca, voluntariamente, em face do resto do mundo. Isto em todos os setores e, sobretudo, no futebol. Dizer que nós nos julgamos “os maiores” é uma cínica inverdade. Em Wembley, por que perdemos? Por que, diante do quadro inglês, louro e sardento, a equipe brasileira ganiu de humildade. Jamais foi tão evidente e, eu diria mesmo, espetacular o nosso viralatismo. Na já citada vergonha de 50, éramos superiores aos adversários. Além disso, levávamos a vantagem do empate. Pois bem: — e perdemos da maneira mais abjeta. Por um motivo muito simples: — porque Obdulio nos tratou a pontapés, como se vira-latas fôssemos.

Eu vos digo: — o problema do escrete não é mais de futebol, nem de técnica, nem de tática. Absolutamente. É um problema de fé em si mesmo.

O brasileiro precisa se convencer de que não é um vira-latas e que tem futebol para dar e vender, lá na Suécia. Uma vez que ele se convença disso, ponham-no para correr em campo e ele precisará de dez para segurar, como o chinês da anedota.

Antes de analisarmos as sequências discursivas extraídas do texto, trazemos alguns elementos históricos que nos ajudam a compreender melhor a conjuntura em que a crônica surge no espaço midiático nacional. É importante esclarecer que a história, sob a ótica discursiva, não está relacionada à cronologia, mas às práticas sociais. Logo, ao evocarmos fatos históricos, nos interessa saber o modo como eles são representados por meio do discurso. Por essa razão, não nos concentramos na descrição pormenorizada desses acontecimentos e, sim, no processo de re(produção) dos discursos a partir de determinadas instituições, ou seja, no modo como sucessivas práticas discursivas constituem uma memória coletiva acerca de determinado tema.

Conforme nos lembra Orlandi (2015, p.68),

Quando falamos em **historicidade**, não pensamos a história refletida no texto, mas tratamos da historicidade do texto em sua materialidade. O que chamamos historicidade é o acontecimento do texto como discurso, o trabalho dos sentidos nele. Sem dúvida, há uma ligação entre a história externa e a historicidade do texto (drama dos sentidos nele), mas essa ligação não é direta, nem automática, nem funciona como relação de causa efeito. Não vemos nos textos os ‘conteúdos’ da história. Eles são tomados como discursos, em cuja materialidade está inscrita a relação com a exterioridade. (grifo nosso)

A conjuntura na qual o texto é produzido é parte do sentido. Isto porque o cronista, de modo geral, trabalha com ideias que predominam na sociedade no momento em que ele escreve. Logo, as crenças e valores manifestados em sua produção escrita estão diretamente relacionados às condições de produção em que o texto foi produzido.

A crônica *Complexo de vira-latas* surgiu no espaço midiático nacional às vésperas da estreia da Seleção Brasileira na Copa do Mundo de 1958, na Suécia. No texto, o autor descreve um sentimento contraditório em relação à expectativa dos torcedores quanto ao desempenho da equipe brasileira nesse evento esportivo, como pode-se verificar na sequência discursiva “os jogadores já partiram e o Brasil vacila entre o pessimismo mais obtuso e a esperança mais frenética. Nas esquinas, nos botecos, por toda parte, há quem esbraveje: - "O Brasil não vai nem se classificar!”.

Pessimismo e esperança são dois dos sentimentos que norteiam o modo como o sujeito-brasileiro é representado no texto. Essa representação é expressa como coletividade, “o Brasil vacila”. Cria-se, desse jeito, um efeito de sentido de unidade. A equipe brasileira é, portanto, uma representação simbólica da nação. O sentimento de esperança de que o Brasil finalmente passe a ocupar um papel de primeiro mundo no cenário do futebol é, entretanto, contido pela lembrança da derrota na final de 1950, descrita como uma “humilhação nacional”. Na visão de Tiburi (2021), a humilhação é uma ação por meio da qual se mede o outro para depois rebaixá-lo. Podemos também considerar que o sentimento de humilhação pode ocorrer sem que haja, necessariamente, uma ação premeditada do outro de humilhar. Dessa forma, o sentir-se humilhado pode se configurar como uma ação voluntária do sujeito no discurso ao se subjetivar em uma formação discursiva onde os saberes ali constituídos o colocam em posição de subalternidade.

No texto, o sentimento de pessimismo é atribuído ao trauma emocional causada pela perda do título mundial para seleção uruguaia no estádio do Maracanã, oito anos antes. Para termos uma noção do impacto emocional causado por essa derrota na Final da competição em 16 de julho de 1950, recortamos o depoimento do jornalista austríaco Willy Meisl sobre aquele jogo:

A multidão deixou o estádio em silêncio: um silêncio de 200 mil bocas. O Maracanã não iria ver jamais a festa para que fora construído. Perante as grandes dimensões traumáticas da derrota — consumada quando faltavam apenas 11min28s para a conquista do título — poucos exemplos se podem achar no Brasil de tão vasta experiência do fracasso. “A maior e a mais dramática surpresa que já se abateu sobre o futebol brasileiro. Foi sem dúvida a maior frustração que já tomou conta de um público gigantesco num estádio de futebol em toda a história dos campeonatos mundiais. Existem derrotas das quais a gente pode se orgulhar. Esta não. Tinha sido vergonhosa, amarga, sem glória — uma humilhante e atroz derrota. A derrota de todas as derrotas”. (PERDIGÃO, 1986, p. 19)

Vejamos agora a percepção do antropólogo Damatta (1982, p.31) sobre o

mesmoacontecimento:

[...] ela é talvez a maior tragédia da história contemporânea do Brasil. Porque implicou numa coletividade e trouxe uma visão solidária de perda de uma oportunidade histórica. Segundo, ela ocorreu no início de uma década na qual o Brasil buscava marcar o seu lugar como nação que tinha um grande destino a cumprir. O resultado foi uma busca incansável de explicações e responsabilidades para essa vergonhosa derrota.

Guterman (2009) relata que, embora houvesse um consenso quanto a excelente qualidade dos jogadores brasileiros que iriam disputar a Copa de 1950, muitos consideravam faltar àquela equipe espírito de grupo e a tradicional disciplina e eficiência das ricas equipes europeias, praticantes do chamado *futebol científico* dos países da *Cortina de Ferro*, "em resumo, o Brasil vivia o seu *complexo de vira-latas*" (*idem*, p. 135).

É interessante observar que a cientificidade e a disciplina, no espaço da crônica rodriguiana, são vistos como elementos que podem ser superados pela improvisação do jogador brasileiro. Para isso, basta que o jogador brasileiro se desiniba, que ele deixar de se considerar inferior. É o que vemos nessa sequência da crônica: "A pura, a santa verdade é a seguinte: - qualquer jogador brasileiro, quando se desamarra de suas inibições e se põe em estado de graça, é algo de único em matéria de fantasia, de improvisação, de invenção. Em suma: - temos dons em excesso".

Mais de sete décadas após a fatídica derrota, apelidada de "maracanaço", a data ainda é regularmente rememorada pela imprensa esportiva, especialmente na ocasião dos confrontos entre o Brasil x Uruguai. Gianetti (2018, p. 24) se refere ao trauma da derrota na final daquela Copa como "uma ferida aberta a indicar 'o fracasso do homem brasileiro'." É a partir desse acontecimento histórico que o sujeito-autor organiza as relações de coerência em seu texto, produzindo, assim, uma representação do sujeito-brasileiro relacionada ao campo afetivo.

O Brasil foi escolhido para sediar o evento mais importante do futebol, sob a promessa grandiosa de erguer o maior estádio de mundo, o Maracanã. A competição ficou paralisada devido à Segunda Guerra Mundial, o que provocou o cancelamento das Copas de 1942 e 1946. Vencer a Copa de no Brasil e ser a melhor seleção de futebol do planeta se tornou uma obsessão brasileira, parte de um projeto de afirmação nacional. A realização do evento no país significava uma espécie de concretização desse objetivo.

Embora o conflito da Segunda Guerra houvesse cessado oficialmente em agosto de 1945, a atmosfera que circundava realização da Copa do Mundo no Brasil não era de paz. A cerimônia de abertura, em 25 de junho de 1950, coincidiu com o início da guerra da Coreia, fato que se apresentava ao mundo como estopim de um novo conflito em escala mundial, representado pelo antagonismo entre o capitalismo americano contra o comunismo soviético. (PERDIGÃO, 1986).

Figura 3 – Final da Copa do Mundo de 1950 entre o Brasil x Uruguai no estádio do Maracanã



Fonte: site do jornal Estadão ¹¹

No período em que a crônica de Nelson Rodrigues foi publicada, é perceptível a relação simbólica, que ainda existe, entre a Seleção Brasileira com ideologias de tendência nacionalista. A propósito, esse seria um aspecto ainda mais explorado na Copa de 1970, realizada no México, período no qual “a Ditadura Militar transformaria cada vitória brasileira em sintoma das nossas imensas possibilidades” (GUTERMAN, 2009, p. 10). Não por acaso, Carvalho (2012) se refere ao futebol como ‘sonho de consumo dos ditadores’. Como exemplo dessa relação complexa entre regimes autoritários com esse esporte, ele cita a Itália de 1934. Lá, o esporte já institucionalizado e administrado pela Federação Internacional de Futebol (FIFA) foi

¹¹ Disponível em <<https://infograficos.estadao.com.br/esportes/copa/2018/historia-das-copas-do-mundo-de-futebol/1950>> Acesso em 30/08/2022

usado como instrumento de propaganda fascista por Benito Mussolini (*idem*). O autor menciona ainda outras tentativas de uso do futebol para promover regimes autoritários, tais como a Espanha no período do General Francisco Franco, a Alemanha nazista, a Argentina peronista, na copa de 1978, bem como o próprio Brasil no período Vargas e, posteriormente, na ditadura militar (*idem*).

Há ainda outro episódio bastante significativo, envolvendo o Jogador Ferenc Puskas (1927-2006), considerado o maior jogador de futebol húngaro de todos os tempos. A seleção húngara, uma das principais do mundo na década de 1950 e considerada favorita, perderia a final da Copa do Mundo de 1954 para a Alemanha. Mas um fato que chamaria a atenção foi ver como a imagem de Puskas foi utilizada como símbolo vencedor do bloco socialista após a conquista das olimpíadas de 1952 e brilhar, apesar da derrota na final, na copa de 1954. (*idem*). Em suma, podemos verificar, na história do futebol, diversos momentos em que ele foi usado com retextos políticos.

Em muitos contextos, as narrativas sobre o futebol estão inscritas em um discurso ufanista. Isso se torna mais evidente em períodos como a Copa do Mundo, em que a Seleção Brasileira é alçada à condição de legítimo representante da nação. Uma FD ufanista pode ser caracterizada tendo como referência a obra de Afonso Celso - *Porque me ufano do meu país* - publicada em 1900. Segundo Bingemer (2022), o livro se tornou leitura obrigatória nas escolas secundárias brasileiras, servindo como uma espécie de cartilha da nacionalidade. Posteriormente, entretanto, a obra passou a ser ridicularizada por ser considerada uma visão fácil e ingênua do Brasil, adquirindo, por essa razão, uma conotação pejorativa.

De modo objetivo, podemos dizer que o ufanista é aquele que se orgulha excessivamente de algo. Uma definição problemática por se mostrar bastante subjetiva. Sem entrar no mérito da questão, o fato é que há uma prática discursiva em torno do pensamento ufanista que se estende do espaço literário para o escolar e dele para a sociedade, se refletindo de modo particular no futebol. E aqui falamos especificamente do pensamento ufanista em relação à Seleção Brasileira.

A obra de Afonso Celso está dividida em várias partes, cada uma delas exaltando um aspecto nacional. Nosso foco está relacionado ao capítulo XVI – Sexto motivo de superioridade do Brasil: excelência dos elementos que entraram na formação do tipo nacional e o capítulo XX – O mestiço brasileiro.

Celso (2002) atribui o termo mestiço à junção do selvagem americano, o negro africano e o português, enaltecendo suas qualidades, já que “nenhum deles fez mal a humanidade ou a deprecia” (*idem*, p 64) Discursivamente falando, o sujeito-brasileiro é representado pela formação de traços positivos pertencentes aos

três elementos que entraram na formação nacional. Desse modo, o sujeito-brasileiro não possui nenhuma inferioridade física ou intelectual e é propenso ao progresso. “Resulta a sua população da fusão de três dignas e valorosas raças” (ibidem, p.191). O Brasil é representado como uma nação sem antagonismos em que prevalece o espírito solidário e patriótico de seu povo.

De volta à crônica, vemos que o termo ‘complexo de vira-latas’ emerge no discurso do autor na seguinte sequência: “E só uma coisa nos atrapalha e, por vezes, invalida as nossas qualidades. Quero aludir ao que eu poderia chamar de “complexo de vira-latas””.

Esse enunciado é da ordem do **esquecimento n.º 1**. Nele, o sujeito-autor se coloca como origem do sentido. Ao retomar seu dizer para explicar o que diz, o sujeito-autor age sob o *esquecimento* n.º 2:



Por “complexo de vira-latas” entendo eu a inferioridade em que o brasileiro se coloca, voluntariamente, em face do resto do mundo. (SDR- Sequência discursiva de referência)

Desse modo o autor, enquanto sujeito-falante, busca explicar a si próprio o que disse, aprofundando o que pensa e ativando uma lembrança lateral da ordem do pré-construído. Ou seja, um discurso transversal. A sequência **SDR** funciona como ponto de referência a partir do qual o *corpus* está organizado.

Concordamos em chamar de esquecimento n.º 2 o “esquecimento” pelo qual todo sujeito falante “seleciona” no interior da formação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e sequências que nela se encontram em relação de paráfrase – um enunciado, forma ou sequência, e não um outro, que, no entanto, está no campo daquilo que poderia reformulá-lo na formação discursiva considerada. (PÊCHEUX, 1995, p. 173)

SDR está vinculada ao *sujeito-autor*, produzida com base nas seguintes *condições de produção* (CP): seu recorte foi extraído da coluna *Meu personagem da Semana*, da revista Manchete Esportiva (elemento do aparelho ideológico da informação), publicada em 31 de maio de 1958. A revista representa “o lugar das contradições ideológicas e de transformação das relações de produção.” (PÊCHEUX, 1995, p. 145).

SDR se configura como uma relação de sinonímia no que diz respeito ao sentimento de inferioridade ou baixa autoestima do brasileiro. Tal relação implica no fato de que o sujeito-autor, por meio da repetibilidade, recorre a saberes que já existem, e que são, portanto, anteriores a sua enunciação. Observamos, nesse sentido, os processos discursivos (paráfrases, sinonímias, etc.) que se configuram em uma dada formação de discursiva e de que forma as FD's em questão atuam na

significação de SDR.

Partimos da ideia que em umas das possibilidades de sentido do texto **SDR** está inscrita em uma rede de formulações sobre dizeres que pertencem ao mesmo tema, qual seja, a **miscigenação** do povo brasileiro. Assim, o ponto destacado na análise diz respeito aos processos discursivos por meio do qual o termo '**complexo de vira-latas**' é substituído por outros enunciados que possuem relações parafrásticas com esse elemento, produzindo efeito de sentido de **inferioridade e autoestima**.

Seja o termo vira-lata (x) e miscigenado (y) pertencentes a mesma categoria gramatical, para haver repetibilidade, se faz necessário identificar a existência de discursos anteriores nos quais a relação de substituição entre x e y em uma dada conjuntura consiga manter a interpretação desse discurso. Consideramos que diversas práticas discursivas, historicamente determinadas, indicam a possibilidade de substituição entre esses elementos enquanto efeito parafrástico. Evidentemente, as possibilidades de substituição de uma sequência por outras não estão restritas às FDs aqui elencadas. Poderíamos buscar tais possibilidades, por exemplo, recorrendo a um discurso colonialista, ou religioso, por exemplo. Para o propósito do trabalho, entretanto, julgamos que o recorte feito seja suficiente para observação dos processos discursivos materializados no texto.

Tais substituições constituem efeitos metafóricos, em que um elemento é comumente utilizado na crônica para transpor os limites da referencialidade do discurso jornalístico. Lembramos que, diferentemente da retórica, na AD, a metáfora não é estudada como uma figura de linguagem, mas como tomada de uma palavra por outra. "Na Análise do Discurso, ela significa basicamente 'transferência', estabelecendo o modo como as palavras significam". (ORLANDI, 2015, p. 44)

A **miscigenação**, no contexto desse estudo, se constitui como um ponto de referência da análise, visto que trabalhamos com a perspectiva discursiva de substituição entre os elementos {miscigenado ↔ vira-lata}. A **miscigenação**, ou **mestiçagem**, é um conceito amplo e controverso que pode envolver aspectos tanto biológicos quanto culturais. As dificuldades conceituais passam tanto pela tese que afirma a inexistência de raças humanas quanto pela abrangência da definição de cultura (SILVA e SILVA, 2009).

No Brasil, esse tema ganhou relevância como fato social no século XIX, quando "a miscigenação racial foi entendida como um fenômeno negativo, que degradava o povo brasileiro" (SILVA e SILVA, 2009, p. 90). A maneira como foi abordado nesse período pelos pensadores brasileiros tem como base o referencial teórico usado por cientistas europeus e americanos. Conforme Munanga (2019,

p.55),

Como acontece geralmente na maioria dos países colonizados, a elite brasileira do fim do século XIX e início do século XX foi buscar seus quadros de pensamento na ciência europeia ocidental, tida como desenvolvida, para poder não apenas teorizar e explicar a situação racial do seu País, mas também, e sobretudo, propor caminhos para a construção de sua nacionalidade, tida como problemática por causa da diversidade racial.

Para termos uma noção das dificuldades em torno da questão da produção de sentidos relacionadas à palavra **miscigenação**, basta observarmos como o termo raça, por exemplo, é utilizado em diferentes períodos. Na idade média, essa palavra era sinônimo de casta, estando, desse modo, associada à cultura de animais e, ao fim do mesmo período, seu uso indicava uma linhagem nobre na França e na Itália (BETHENCOURT, 2017). Entre os descendentes de judeus e muçulmanos, o termo se referia à impureza de sangue, sentido mais tarde transferido para nativos africanos e americanos. Já na Europa, ela foi usado para se referir ao gênero feminino, sendo praticamente transformada em *espécie* pelo racismo científico no século XIX. No século XX, o nacionalismo faz com que o conceito de raça seja associado ao de Nação.

Bethencourt (2017) avalia ainda que uma estrutura científica vinculada à teoria racial gera um grande impacto crítico, ainda que o preconceito étnico sempre tenha existido em outros períodos. Neste sentido, ele percebe como vantajosa uma explicação sobre a questão racial baseada em “princípios básicos e políticos da acumulação do capital” para a interpretação dos preconceitos de ascendência étnica. Contudo, o autor ressalva que este modelo de análise não pareça aplicável ao nível global, como no caso do extermínio judeu pelo regime nazista, considerado injustificável.

Consoante o propósito dessa pesquisa, entendemos que a noção de mestiçagem deve ser trabalhada para além do aspecto puramente biológico. Nesse sentido, compartilhamos com Munanga (2019, p.26) quando afirma que:

[...] a mestiçagem não pode ser concebida apenas como um fenômeno estritamente biológico, isto é, um fluxo de genes entre populações originalmente diferentes. Seu conteúdo é de fato afetado pelas ideias que se fazem dos indivíduos que compõem essas populações e pelos comportamentos supostamente adotados por eles em função dessas ideias. A noção de mestiçagem, cujo uso é ao mesmo tempo, científico e popular, está saturada de ideologia.

Na crônica, há o encontro de, ao menos, duas formações discursivas (FD).

Para fins deste estudo, as denominamos autodepreciativa (FD1) e ufanista (FD2). Elas são respectivamente dominadas pelas ideologias da hierarquia e nacionalista. Essa categorização das FD's foi construída arbitrariamente em razão dos objetivos da pesquisa, isto quer dizer que as constituímos com o intuito de apresentar uma das possibilidades de sentido produzidas no texto de Nelson Rodrigues. Sabemos que, para a AD, as possibilidades de sentido produzidas por um enunciado podem ser múltiplas. Isto quer dizer que a descrição das duas FD's, enquanto matrizes de sentido não representa a busca por um sentido verdadeiro.

Nessa direção, não há nenhum propósito de revelar uma ideia oculta responsável por provocar os enunciados selecionados, mas, apenas, propor possibilidades de interpretação. É importante perceber que uma FD é fundamentalmente heterogênea e contraditória (MAINGUENEAU, 2015). Assim sendo, os limites de suas fronteiras não podem ser demarcados com precisão, visto que os sentidos que nela circulam podem ser deslocados em determinada conjuntura, migrando, inclusive, para diferentes FD's.

Consideramos que as FD's apresentadas produzem uma relação de antagonismo no discurso do autor. Esse aspecto conflitivo é construído a partir da sua tomada de posição em relação ao lugar de inferioridade voluntária ocupada pelo sujeito-brasileiro, adjetivada pela sequência *complexo de vira-latas* (S1). Relembramos que uma FD regula o que pode ou não ser dito pelo sujeito. Ou seja, ela funciona como matriz de sentido de onde o autor extrai um conjunto de saberes que vão materializar em seu texto contradições históricas. Isso significa que a emergência de S1 no texto não ocorre de forma aleatória. Para criar as relações de sentido e apresentar o seu texto de forma coerente, o autor, exercendo a sua função, precisa recorrer a saberes já produzido pela sociedade. Nesse sentido, uma FD se configura por uma regularidade, um espaço de repetição de discursos produzidos em uma dada conjuntura sócio-histórica.

Lembramos que, discursivamente, nos referimos ao autor como uma posição-sujeito. Nesse sentido, o lugar resultante da relação entre o sujeito do discurso e a *forma-sujeito* de uma dada FD (PÊCHEUX, 1995). Assim, ao fazermos o exame da relação do sujeito-autor com uma FD, buscamos evidenciar de que modo essa representação funciona nos processos discursivos. Portanto, aquilo que Pêcheux denomina de *eficácia material do imaginário* (idem). Assim, não nos ocupamos da análise do indivíduo ou de sua suposta intencionalidade, mas da sua posição enunciativa.

Ao considerar que FD1 e FD2 interveem como forças de confronto no discurso do autor, não estamos negando a possibilidade de que outras forças

interfiram na produção de sentidos, advindas de outras FI's relacionadas, por exemplo, ao discurso religioso, colonialista, etc. Na mesma direção, o recorte feito não se configura como uma tentativa de analisar cada FD como um espaço homogêneo, visto que suas fronteiras não são precisamente delimitadas, permitindo constates deslocamentos em virtude das condições de produção em que cada discurso é produzido. Nessa perspectiva as ideologias se constituem em um "universo de representações e crenças" (PÊCHEUX, 2011, p. 142). Para desempenhar sua função de autor o sujeito funciona a partir de um duplo processo: de um lado ele deve estabelecer uma relação com aquilo que é exterior a língua; de outro, precisa remeter à sua própria interioridade para construir sua identidade como autor. (ORLANDI, 2008)

Em outras palavras, as significações, são produzidas segunda a formação ideológica do sujeito. A partir dessa perspectiva althusseriana, a Análise do discurso defende que a ideologia não opera no mundo como um espectro, e sim de maneira concreta nos sujeitos e em sua relação com o mundo. Em outras palavras, a ideologia se materializa para os homens por meio de práticas humanas, ou seja, está entre o sujeito e as atitudes deste. (CRUZ, 2018, p 11).

Essa perspectiva nos permite analisar os efeitos de sentidos produzidos por um enunciado a partir das condições de produção em que ele está inscrito, independentemente da intencionalidade do autor. Assim, no texto, Nelson Rodrigues, ocupando a posição de sujeito-autor, ao se posicionar sobre o suposto sentimento de inferioridade do brasileiro, é ideologicamente interpelado pela ideologia e assujeitado à língua, se tornando, nesse processo, sujeito do seu discurso e ocupando diferentes posições.

A relação conflitiva que se estabelece pelo confronto entre a FD1 e a FD2 se manifesta no texto como efeitos de sentido de inferioridade e autoestima. Uma das possibilidades de investigação do caráter material desses efeitos nos permite relacioná-los historicamente a um conjunto de práticas sociais ligadas ao tema da miscigenação da população brasileira. Nessa orientação, o fio discursivo entre as sequências discursivas e a sua materialidade histórica se assenta, basicamente, em um conjunto de práticas discursivas¹² baseadas em conhecimentos pretensamente científicos.

Tais práticas encontram em determinados aparelhos ideológicos um campo profícuo para a disseminação de uma *ideologia da hierarquia racial* no período

¹² O uso do termo prática discursiva ao invés de discurso visa acentuar que ele deve ser considerado como uma forma de ação sobre o mundo produzida a partir de relações de forças sociais (CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2016)

histórico localizado entre a segunda metade do século XIX e início do século XX. Em outros termos, por meio da análise de um conjunto de discursos produzidos, em meados do século XIX, é possível demonstrar que as ciências sociais se articularam para promover uma ideologia da hierarquia social. Dessa forma, textos científicos e também literários apoiados nessa ideia, tomados aqui como lugares de memória, consolidaram o imaginário da inferioridade do povo brasileiro.

Salientamos que a noção de *aparelho ideológico* (AIE), em Althusser, não implica necessariamente que se trate de instituições que fazem parte da estrutura do Estado. Essa noção também contempla instituições relacionadas ao setor privado, como a imprensa, sindicatos, atividades culturais, etc.

Um Aparelho Ideológico de Estado é um sistema de instituições, organizações e práticas correspondentes, definidas. Nas instituições, organizações e práticas desse sistema é realizada toda uma ideologia de Estado ou uma parte dessa ideologia (em geral, uma combinação típica de certos elementos). A ideologia realizada em um AIE garante sua unidade de sistema “ancorado” em funções materiais, próprias de cada AIE, que não são redutíveis a essa ideologia, mas lhe servem de ‘suporte’. (ALTHUSSER, 1999, p. 104)

Hobsbaw (1990) esclarece que as chamadas ideologias oficiais de Estado, e aqui incluímos o nacionalismo, não compreendem orientações para aquilo que está na mente dos seus seguidores e cidadãos, pois não haveria como calcular se uma determinada identificação nacional representa uma maioria em relação ao conjunto da sociedade. É importante perceber que a identificação nacional pode “mudar e deslocar-se no tempo, mesmo em períodos muito curtos.” (idem, p.20)

A relação entre a produção dos conhecimentos científicos e os processos discursivos é um tema abordado na análise do discurso (AD) desde o seu advento. Tal abordagem indica que a linguagem científica não deve ser vista como um gênero neutro, estando, nesse sentido, isento de traços de subjetividade. Nesse sentido, a suposta transparência da linguagem produzida por esse gênero se configura como um mero efeito de transparência. Assim sendo, não podemos tratar de um texto científico como um gênero a parte, destituído dos aspectos ideológicos que sustentam a linguagem. Sob o olhar discursivo, a neutralidade científica se apresenta como uma ilusão ao sinalizar a possibilidade de que a língua pudesse ser submetida a uma forma de limpeza, capaz de excluir dela qualquer caráter de ambiguidade e produzir uma espécie de linguagem universal, impedindo a constituição de um sujeito discursivo.

Realmente, a categoria de sujeito da ciência é uma categoria que se pretende universal e, por sua vez, pretende produzir evidências de

sentido. Mas, ao consideramos que tanto o sujeito quanto o discurso da ciência estão inscritos em determinadas condições históricas e ideológicas, a evidência do sentido e a pretensão de universalidade do sujeito tornam-se apenas efeitos, já que o sentido não é transparente e nem o sujeito uno. (2007, p3). Mas, ao consideramos que tanto o sujeito quanto o discurso da ciência estão inscritos em determinadas condições históricas e ideológicas, a evidência do sentido e a pretensão de universalidade do sujeito tornam-se apenas efeitos, já que o sentido não é transparente e nem o sujeito uno. (2007, p3, grifo nosso). (GRIGOLETTO, 2005, p. 3)

Por essas razões, Pêcheux (1995) considera não haver possibilidade de se efetuar uma distinção linguística entre o que seria um enunciado científico e não científico. O autor julga que as ideias científicas são compartimentos especializados das ideologias práticas. Metodologicamente falando, a AD considera que os fenômenos linguísticos (morfológicos, sintáticos, fonológicos, etc.) também se articulam com a história e a ideologia.

[...] não há ‘discurso da ciência’¹⁹ (nem mesmo, a rigor, ‘discurso de uma ciência’) porque todo discurso é de um sujeito – não obviamente no sentido behaviorista de ‘comportamento discursivo de um indivíduo concreto’, mas entendido que todo discurso funciona com relação à forma-sujeito, ao passo que o processo de conhecimento é um ‘processo sem sujeito’ (Pêcheux, 1995 p. 198)

Ao analisar a conjuntura sócio-histórica e econômica do Brasil da segunda metade do século XIX, vemo-na marcada pela introdução de um discurso científico que dissemina a ideologia da hierarquia racial. Neste contexto, a ideia de miscigenação étnica associada ao fracasso da nação é amparada por um modelo científico de análise, baseado em uma ideologia da hierarquia racial (SCHWARCZ, 1997). Nesta conjuntura, diferentes aparelhos ideológicos de Estado, dentre eles faculdades, museus e institutos de pesquisa, constituem um espaço de memória que regula a transmissão cultural de saberes relacionado à questão racial. Nesses espaços a questão racial se tornou um ponto central de discussão, produzindo diferentes teses a esse respeito.

Retomando o discurso do autor, o conflito entre o discurso autodepreciativo x ufanista representam, em última instância, o embate entre forças ideológicas. Em outros termos, cada sujeito, a partir da posição social que ocupa, constrói uma série de valores e crenças relacionados ao tema da miscigenação. O recorte que fizemos para esse estudo tem como foco compreender como tais relações imaginárias criam essa relação de forças no discurso do autor.

Conforme nos lembram Fiorin e Savioli (2020, p.28),

[...] uma sociedade não produz uma única forma de ver a realidade. Como

ela é dividida pelos interesses antagônicos dos diferentes grupos sociais, produz ideias contrárias entre si. A mesma sociedade que gera as ideias racistas produz ideias anti-racistas. Por isso, constroem-se nessa sociedade textos que fazem pronunciamentos antagônicos com relação aos mesmos dados da realidade.

As FD's em questão se configuram como resultado de processos históricos. Nessa condição, os saberes a ela pertencentes são responsáveis pelo surgimento de uma memória coletiva em uma dada conjuntura. Considerando o espaço discursivo do qual emanam efeitos de sentido de autoestima e inferioridade, **FD1** e **FD2** caracterizam uma relação de confronto na disputa por uma interpretação do **sentimento de inferioridade nacional**. O recorte feito para essa análise tomou por base os efeitos de sentido relacionados ao campo afetivo e sua ligação com o traço miscigenado do povo brasileiro.

Na concepção de Ramos (1996), o *nacionalismo* surgido no Brasil com o término da Segunda Guerra Mundial, marcado pelo início da redemocratização e a derrubada do Estado Novo²⁰, difere do nacionalismo da década de 1920, o qual possuía um viés político, muitas vezes, alinhado com o fascismo italiano estava. Para ele (*idem*), o nacionalismo surgido no pós-guerra era contrário ao autoritarismo e a favor da consolidação do regime democrático.

O nacionalismo pós-guerra, ao contrário, repudiava o autoritarismo e estava consciente de que a expansão do movimento condicionava-se à consolidação do regime democrático. Em um ponto fundamental estavam afinadas as várias correntes militares, estudantis e parlamentares que formavam aquilo que denominamos, de modo abrangente “movimento nacionalista”: a inconformidade com a influência de capitais ingleses e norte-americanos nos setores básicos da economia nacional, considerados o principal foco de atraso no desenvolvimento brasileiro. (*idem*, p. 64)

Igualmente, Gianetti (2017) observa que, nesse período, bacharéis em direito

²⁰ Período ditatorial do governo Getúlio Vargas, que vai de 1937 até 1945.

alegam que ‘o retardo civilizatório’ do Brasil era fruto de uma degeneração genética e moral produzida pela miscigenação racial. Nesta mesma linha, o determinismo do psicólogo suíço Jean Agassiz concluía que “qualquer um que duvide dos males da mistura de raças” deveria vir ao Brasil. Aqui o ‘amalgama das raças’ apagava as melhores qualidades do branco, do negro e do índio.

Schwarcz (1993) sustenta que a relevância de uma interpretação pessimista sobre o Brasil devido à sua composição étnica e racial não deve ser atribuída exclusivamente a impressão de teóricos estrangeiros. A escritora destaca (idem) que, no final da década de 1870, grupos de intelectuais ligados a diferentes institutos de pesquisa e conhecendo a si mesmo como ‘homens de ciência’, e como tais com suposto legitimidade para discutir as questões nacionais. Ela considera que essa conjuntura mostra uma disputa velada entre ‘profissionais da ciência’ e os ‘homens de letras’, sendo estes últimos criticados por seu suposto alheamento por questões políticas e sociais Políticas sociais.

A pesquisas desses institutos vão:

Da frenologia dos museus etnográficos à leitura fiel dos germânicos na Escolade Recife, passando pela análise liberal da Escola de Direito Paulista ou pela interpretação “católico-evolucionista” dos institutos, para se chegar ao modelo “eugênico” da Faculdade de Medicina [...] (SCHWARCZ, 1993, p. 19)

Ortiz (1985) considera incabíveis as teorias explicativas do Brasil construídas entre o final do século XIX e início do século XX, que tem como base a questão racial. O autor questiona como tais interpretações conseguiram alcançar uma condição de ciência? Para ele (idem) a compreensão desses acontecimentos se torna esclarecedora a partir da releitura de nomes como Silvio Romero, Euclides da Cunha, Nina Rodrigues, considerados precursores das ciências sociais no Brasil e que constroem uma visão da identidade nacional por um viés racista. (idem),

No texto de Rodrigues, o discurso sobre a inferioridade do brasileiro se materializa em enunciados que retomam o já-la sobre ser brasileiro. A humildade, vista como consciência das próprias limitações, não é vista como virtude, mas como sentimento de subalternidade diante do estrangeiro. O Autor recorre, nesse momento, aos saberes de FD1, que traz ecos de uma ideologia da hierarquia racial, por meio da qual a suposta pureza racial é vista como condição de superioridade em relação aos povos miscigenados, como pode ser verificado na SD “em Wembley, por que perdemos? Porque, diante do quadro inglês, louro e sardento, a equipe

de humildade. Jamais foi tão evidente e, eu diria mesmo, espetacular o nosso viratismo”.

A ideia de que certas raças são inferiores a outras surge em um momento histórico no qual países europeus iniciam o processo de colonização da África e Ásia, desse modo, a colonização representa uma justificativa de expansão da ‘civilização’ (FIORIN e SAVIOLI, 2020). Portanto, seus países significam um parâmetro civilizatório no qual os demais povos são considerados inferiores no âmbito do que se poderia denominar de etapa civilizatória. Dessa maneira, sob a égide expansionista e civilizatória, práticas como colonização e racismo são justificadas. Conforme podemos notar, essa linha de pensamento cria possibilidades discursivas a partir de uma FD colonialista, por exemplo, perspectiva que não foi adotada nesse trabalho, visto que objetivamos descrever possibilidades discursivas com base na fundação de um discurso que tem como base um pensamento pseudo-científico.

Gianetti (2018) considera que o nosso narcisismo às avessas passa, também, pela hipersensibilidade que temos em relação ao olhar da mídia estrangeira, pela preferência por produtos importados e até por uma áurea espontânea e uma visão mais elevada que atribuímos a artistas, escritores, cientistas e pensadores de outros países. Nesse sentido, podemos considerar que o esteriótipo em torno do parão estético europeu (louro-sardento) se estende também a tudo que é produzido nesses países, tanto do ponto de vista da indústria quanto da cultura.

A década de 1950 é um período de grandes transformações econômicas no Brasil, quando o país se volta para era da industrialização. Um tempo marcado por debates relacionados a ideias políticas, anticomunismo e projetos que tinham como base o nacional-desenvolvimentismo (RAMOS, 1996). Essa conjuntura é marcada pelo surgimento de uma nova fase da imprensa, que passa a contar com presença do ‘jornalismo literário’, cujo objetivo principal era a divulgação de ideias e opiniões políticas (LATTMAN-WELTMAN, 1996). É nesse espaço que a crônica esportiva rodriguiana se insere, uma fase de modernização da imprensa, já iniciada nos anos de 1940, assinalada pela presença do nacionalismo no cenário político e ideológico brasileiro. Assim, “temos o que poderia se chamar então de

‘imprensa nacionalista’, em tese comprometida como os interesses nacionais.” (RAMOS, 1996, p. 62).

Tomaremos o conceito operacional de nação, definido como "uma comunidade politicamente imaginada – e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana" (ANDERSON, 2009, p. 32). O autor explica que ela é imaginada pelo fato de que a maioria dos membros jamais se encontrará, ainda assim terão em suas mentes a imagem de que existe uma comunhão entre eles, limitadas pelas fronteiras de cada território. Na modernidade, a ideia de nação é um forte elemento de representação de identidade cultural (MORENO, 2013). Assim, a partir do século XIX, a identidade nacional passou a ocupar uma importância política e ideológica crescente, envolvendo, inclusive, fatores emocionais e efetivos.

No centro das discussões sobre a construção de uma identidade nacional, emerge, no cenário literário brasileiro, a obra *Casa Grande e Senzala* de Gilberto Freire, na década de 1930, assim como *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda. Podemos dizer que ambas ressignificam, do ponto de vista discursivo, a ideia de miscigenação como um fenômeno positivo (SOUZA, 2000). Nesse cenário, Souza atribui a Freyre o papel de “pai fundador” do pensamento predominante de como os brasileiros comumente se percebem. Nesse mesmo contexto, Sergio Buarque de Holanda (2000, p. 70), na condição de fundador das ciências sociais brasileiras do século XX, estabelece o modo como grande parte da sociedade brasileira contemporânea se vê, a partir do aval da autoridade científica.

A identidade indica, portanto, uma relação imaginária a partir da qual os indivíduos se reconhecem como pertencentes a um determinado grupo. No sentido social, ela pode ser definida como “um conjunto de papéis desempenhados pelo sujeito *per si*. Papéis que, além de atenderem a determinadas funções e relações sociais, tem profunda representação psicológica por se referirem sempre a expectativas da sociedade” (SILVA e SILVA, 2009, p. 203). Para a AD, a identidade resulta do lugar sócio-histórico ocupado pelo sujeito no interior dos discursos, isto significa que o sujeito pode assumir múltiplas identidades, estando sempre em movimento.

Hall (2004) concebe a identidade como algo incompleto, sempre como um processo em andamento. Ele considera que as identidades nacionais são

formadas no interior da representação. Partindo da concepção desse autor, podemos, então, considerar que a identidade é um processo de identificação que se constrói culturalmente por práticas discursivas, que consegue criar um imaginário coletivo por meio do qual os indivíduos se percebem como pertencentes a um determinado grupo.

De volta à crônica, nos dizeres do autor, a derrota de 16 de julho é retomada no texto em uma dimensão trágica, representando uma espécie de barreira à construção da representação de uma identidade nacional pautada pela relação positiva de orgulho. Para Charaudeau (2009), a construção da identidade discursiva do sujeito depende de uma identidade social, pois é ela que permite que o indivíduo tome consciência de sua existência, de seus saberes sobre o mundo. Entretanto, elasó acontece a partir da percepção das diferenças, ou seja, quando o sujeito toma consciência de que não é o outro.

O autor dirige-se, o mesmo tempo, ao leitor do jornal, ou seja, a uma espécie de “leitor ideal”, mas também ao brasileiro, enquanto cidadão. Ele fala, desse modo, aos seus compatriotas. No âmbito das relações imaginárias, a relação entre autor e leitor funciona como a antecipação de B para A. Segundo Pêcheux (1997, p.85),

[...] encontram-se assim formalmente diferenciados os discursos em que se trata para o orador transformar o ouvinte (tentativa de persuasão, por exemplo) e aqueles em que o orador e seu ouvinte se identificam (fenômeno de cumplicidade cultural, “piscar de olhos), manifestando acordo, etc.

O autor é, portanto, aquele que, através da sua função, tenta produzir as relações de sentido no texto, por vezes ocupando a posição de sujeito-brasileiro, visto que, ao se dirigir ao leitor, se coloca na condição de patriota, conforme observamos na sequência discursiva “[...] eu acredito no brasileiro, e pior do que isso: — sou de um patriotismo inatural e agressivo, digno de um granadeiro bigodudo.

Em seu sentido literal e figurado, vejamos o que nos fala Gianetti a respeito do termo vira-lata:

[...] a definição do termo remete a três acepções básicas: “cão ou cadela sem raça definida” (literal); “qualquer animal doméstico

sem raça definida” (por extensão); e "pessoa sem classe; sem-vergonha" (figurado). O vira-lata, portanto, é quem carece de raça definida, ou seja, é o fruto da mistura de raças ou mestiço. E pior. A palavra embute uma conotação figurada de caráter pejorativo, como, aliás, deixa clara a definição de mongrel (equivalente ao nosso vira-lata) na língua inglesa: além do sentido literal (“a dog of no definabel type of breed”), o termo possui acepção figurada definida explicitamente como "offensive" (causador de ofensa), de “person of mixed descent”. Isto é, pessoa de ascendência mista. [...] A conclusão é severa, porém inevitável. O vira-lata é essencialmente o mestiço.

O termo ‘complexo de vira-latas’ pode fazer ecoar questões de mestiçagem e constituição étnica, tais como a crença de que a mistura de raças representa um traço negativo da nossa cultura. Nessa direção, uma das possibilidades de efeito de sentido indica o deslizamento de sentido do termo vira-lata de FD biológica para o interior de FD1. Munanga (2019) explica que, para o senso comum, as denominações como, ‘branco’, ‘negro’, ‘amarelo, ou ‘mestiço’ resultam de uma evidência impostas por uma realidade biológica. O deslizamento de sentido caracteriza, no âmbito discursivo, uma relação metafórica. Nesse caso, ela não é considerada, como na retórica, uma figura de linguagem. Ela é definida, em termos discursivos, como a tomada de uma palavra por outra. Na AD, a metáfora significa basicamente “transferência” e estabelece o modo como as palavras significam (ORLANDI, 2015, p. 44). Conforme destaca Henry (1990), os efeitos de sentido se encontram na possibilidade de substituição das palavras, abrindo a possibilidade para que com diferentes palavras seja possível criar os mesmos efeitos de sentido. Logo “ é a substitutibilidade de uma unidade num discurso dado que lhe confere neste discurso o caráter referencial e não o fato que se possa definir, fora desse contexto (...)” (idem, p.52).

O Complexo, por seu lado, é um termo que faz parte do campo da psicologia e ocorre a partir da reação a uma palavra-estímulo. Jung (1971, p. 20) trata em seus estudos dos ‘complexos de tonalidade afetiva’, descrevendo-os cientificamente como “a imagem de uma determinada situação psíquica de forte carga emocional”, provida de um relativo grau de autonomia. Ainda segundo, Jung, a própria memória é afetada pelo ‘complexo’, de modo que ele se configura como um fator psíquico que, enquanto energia, pode superar as nossas intenções conscientes. Uma das causas mais frequentes do complexo é o conflito moral, que acontece independentemente de termos ou não de consciência disso, o que resulta em uma modificação

inconsciente da personalidade, ou seja, a identificação com o complexo (*idem*). O termo vira lata pode ser descrito a partir de dois tipos diferentes de efeitos de sentido. Lembramos que o texto em que o enunciado está inserido pertence ao gênero jornalístico-literário. Partindo desse fato, a ideia que procuramos desenvolver considera que há um sentido relacionado à estabilidade semântica do termo. É preciso, contudo, considerar que o termo “brasileiro”, até o início do século XVIII, não era empregado no sentido atual, ou seja, “como expressão e afirmação de uma nacionalidade” (GIANETTI, 2018, p. 13), sendo utilizado, inicialmente, para se referir àqueles que se dedicava a exploração comercial do Pau-Brasil. Os filhos de portugueses aqui nascidos, definidos como mestiços, eram denominados ‘mazombos’, termo do quimbundo angolano que, etimologicamente, significa “grosseiro, atrasado, bruto, iletrado”. Mazombo era, então, alguém que não possuía senso de pertencimento ou coletividade. (*idem*)

No decorrer dos séculos XIX e XX, a questão da identidade nacional passou a mobilizar não somente questões ideológicas como também fatores de ordem emocional e afetiva, tais “como as certezas, as esperanças a e, até mesmo, a fé, tornando-se importante elo explicativo para a relação entre o passado, o presente e o futuro” (MORENO, 2013, p. 11-12) e estava intimamente relacionada à modernidade europeia do século XIX. Nesse sentido, a identidade é fundamentalmente conflitiva e está ligada à interação social, afetos e autoestima e jogos de poder, sendo, desse modo, uma categoria social que pode ser considerada do ponto de vista da construção discursiva. (*idem*).

As crenças sob as quais os dizeres do autor é são construídos estão vinculadas à sociedade da qual ele faz parte, o que não o impede de construir criticamente o seu texto. Conforme vimos, o autor, enquanto sujeito-falante, ao se posicionar sobre o complexo de vira-latas, se subjetiva entre FD1 e FD2. Isso significa que o sujeito tem total liberdade para se identificar com a forma-sujeito presente nas duas FD's. Sabemos que a forma- sujeito é responsável pela ilusão de unidade do texto do autor. Na tomada de posição do autor tendo como referência os efeitos de sentidos relacionados à mestiçagem do povo brasileiro, construímos o seguinte quadro.

FORMAÇÃO DISCURSIVA AUTODEPRECIATIVA (FD1)	FORMAÇÃO DISCURSIVA UFANISTA (FD2)
Materializa no texto uma ideologia da hierarquia racial.	Materializa no texto uma ideologia nacionalista.
A mestiçagem é um traço negativo, tanto do ponto de vista físico quanto intelectual.	A mestiçagem não denota inferioridade física ou intelectual.
Obstáculo para o desenvolvimento nacional.	Susceptível a quaisquer progressos
Manifesta efeitos de sentido de inferioridade no texto	Manifesta efeitos de sentido de autoestima

Na concepção de Fiorin (1988), o fato de um discurso citar outros determina que ele é um sistema que está aberto a trocas enunciativas. Em outras palavras, é pelo discurso que atestamos a presença da história com um espaço de reprodução heterogêneo conflitivo.

O discurso pode aceitar, implícita ou explicitamente, outro discurso, pode rejeitá-lo, pode repeti-lo num tom irônico ou reverente. Por isso é que o discurso é o espaço da reprodução, no conflito ou da heterogeneidade. As relações interdiscursivas podem, assim, ser contratuais ou polêmicas. (FIORIN, 1988, p. 45).

Em resumo, no decorrer da crônica, podemos constatar que o desdobramento do sujeito autor em sujeito da enunciação, por meio da sua tomada de posição em relação ao complexo de vira-lata, caracteriza um discurso do mau-sujeito. Isso significa que o sujeito da enunciação contesta o sujeito universal de FD1. Portanto, ele se contra-identifica com a forma-sujeito de FD1 (formação discursiva autodepreciativa) utilizando os saberes de FD2 (formação discursiva ufanista). Conforme dissemos, essa análise representa uma das possibilidades discursivas da tomada de posição do sujeito-autor na referida materialidade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que a crônica *Complexo de vira-latas* representa um importante lugar de memória histórica relacionado à questão da identidade nacional, e traz como tema subjacente a miscigenação étnico-racial do povo brasileiro. Por esse ângulo, os discursos nela materializados se relacionam a outros discursos que possuem como tema a identidade nacional. Nesse sentido, o termo ‘complexo de vira-latas’ ressignifica uma rede de filiações históricas relacionadas à questão da mestiçagem e do sentimento de identidade nacional. Tais temas estão relacionados a um conjunto práticas discursivas que atuam na construção de um imaginário coletivo sobre questões identitárias que constituem o sujeito-brasileiro.

Neste trabalho, nos propusemos a apresentar uma reflexão teórica sobre a questão da subjetividade do ponto de vista discursivo. A AD apresenta um vasto campo de possibilidades no que se refere a práticas da leitura e interpretação, muitas vezes não observadas nas práticas tradicionais de interpretação ainda comuns nos espaços escolares. Saber interpretar um texto é, desse modo, ir além dos mecanismos dispostos pela língua. É uma atividade indissociável da história e da sociedade em que vivemos. Nessa direção, toda construção de sentidos se configura como parte da memória coletiva. Nesse contexto, o autor não está isento das coerções que lhe são impostas pela exterioridade da língua. Ele, assim como o leitor de seus textos, está sempre sujeito ao equívoco da língua.

Em Nelson Rodrigues, ainda que não possamos afirmar que ele seja um fundador de discursividade, é inegável que sua produção literária no campo esportivo justifica a inscrição de sua obra dentro de um espaço discursivo relativamente homogêneo. Nela é possível vislumbrar o modo peculiar como é abordado o tema da identidade nacional. Neste sentido, a sua produção escrita, no campo da crônica futebolística, revela a expressão de uma visão de mundo singular sobre aspectos identitários do povo brasileiro, de modo que podemos empregar o termo rodriguiano para propor a classificação de sua obra como inscrita em uma FD ufanista. Sua obra nos faz lembrar que o futebol é uma atividade esportiva fortemente enraizada na

cultura e os acontecimentos a ele ligados são um reflexo da sociedade em toda sua amplitude. Enquanto objeto cultural, ele está vinculando a um conjunto de práticas sociais que extrapolam a esfera esportiva e reproduzem relações imaginárias que se estendem até as demais esferas da sociedade. Nesse sentido, podemos dizer que, no âmbito do espaço futebolístico, ocorre a reprodução de relações de força que estão presentes na sociedade. Por essa razão, não podemos desvincular o esporte como uma atividade a margem da sociedade, mas espaço de reprodução das relações sociais e de imaginário coletivo, encontrando na mídia um poderoso elemento de reafirmação do futebol como um objeto simbólico identitário.

Logo, mesmo os enunciados (re)produzidos em instâncias diretamente vinculadas ao âmbito futebolístico, como no caso de uma coluna esportiva, produzem efeitos de sentido que reproduzem temas relacionados ao campo sócio-político e cultural. Isso significa que a emergência de um dado enunciado no espaço de uma crônica futebolística está ligado a uma heterogeneidade de outros discursos, de diferentes gêneros, produzidos por variados aparelhos ideológicos.

REFERÊNCIAS

- ACHARD, P. Memória e produção discursiva do sentido. In: ACHARD, P. **Papel da Memória**. Campinas: Pontes, 1999. p. 11-17.
- ALTHUSSER, L. **Sobre a reprodução**. Tradução de Guilherme João de Freitas. Petrópolis: Vozes, 1999.
- ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- BARTHES, R. **O rumor da língua**. Tradução de Mário Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- BETHENCOURT, F. **Racismos**: das cruzadas ao século XX. Tradução de Luís Oliveira Santos. [S.l.]: Companhia das Letras, 2017.
- BINGEMER, M. C. Jornal do Brasil. **Jornal do Brasil**, 2022. Disponível em: <<https://www.jb.com.br/pais/artigo/2020/09/1025570-por-que-me-ufano-do-meu-pais.html>>. Acesso em: 27 Agosto 2022.
- BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à Análise do Discurso**. Campinas: Unicamp, 2012.
- CÂNDIDO, A. A vida ao rés do chão. In: CÂNDIDO, A. **A crônica**: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil. Campinas: Unicamp, 1992. p. 13-22.
- CARVALHO, J. E. D. **Geopolítica**. São Paulo: SESI-SP editora, 2012. (Atleta do futuro. 150 anos de futebol; 2).
- CELSO, A. **Porque me ufano do meu país**. Rio de Janeiro: Laemert & C. Livrheiros, 2002. E-Book.
- CHARAUDEAU, P. **Discurso da mídias**. Tradução de Ângela M. S Correa. 2ª. ed. São Paulo: Contexto, 2013.
- CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de Análise do Discurso**. 3ª. ed. São Paulo: Contexto, 2016.
- CHARTIER, R. **O que é um autor?**: revisão de uma genealogia. Tradução de Luzmar Curcino e Carlos Eduardo Bezerra. São Carlos: Edufscar, 2012.
- COURTINE, J. J.; MARANDIN, J. M. Que objeto para a análise do discurso? In: CONEIN, B., et al. **Materialidades Discursivas**. Campinas: Unicamp, 2016. p. 33-54.
- COURTINE, J.-J. **Análise do discurso político**: o discurso político endereçado aos cristãos. 1ª. ed. São Carlos: EduFSCar, 2009.
- CRUZ, A. C. S. **Mídia e discurso**: a construção dos sentidos. 1ª. ed. Marília: Poiesis, 2018. E-book.
- DAMATTA, R. **Universo do Futebol**: Esporte e sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Pinakotheke, 1982.
- ECO, U. **Os limites da interpretação**. Tradução de Pérola Carvalho. 2ª. ed. São Paulo:

Perspectiva, 2015.

FIORIN, J. L. **As astúcias da enunciação**: as estratégias de pessoa, espaço e tempo. São Paulo: Ática, 1996.

FIORIN, J. L. **Linguagem e ideologia**. 6ª. ed. São Paulo: Ática, 1998.

FIORON, J. L.; SAVIOLI, F. P. **Para entender o texto; leitura e redação**. 16ª. ed. São Paulo: Ática, 2020.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Fraga de Almeida Sampaio. 3ª. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FUCHS, C. A Paráfrase Linguística: equivalência, sinonímia ou reformulação? **Caderno de Estudos Linguísticos**, Campinas, 1985. 129-134.

GIANETTI, E. **O elogio do vira-lata e outros ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

GRIGOLETTO, E. Do lugar discursivo ao lugar social. **Seminário de Estudos em Análise do Discurso**, Porto Alegre, 2005. 1-11. Disponível em acesso em 7/09/2013.

GUTERMAN, M. **O futebol explica o Brasil**: uma história da maior expressão popular do país. São Paulo: Contexto, 2009.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.

HENRY, P. Construções relativas e articulações discursivas. **Caderno de Estudos Linguísticos**, Campinas, p. 43-64, julho/dezembro 1990.

HENRY, P. **A ferramenta imperfeita**. Tradução de Maria Fausta P. de Castro. Campinas: Unicamp, 1992.

HOBBSAW, E. **Nações e nacionalismo desde 1780**. Tradução de Maria Célia Paoli e Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

INDURSKY, F. A memória na cena do discurso. In: INDURSKY, F.; MITTMANN, S.; FERREIRA, M. C.L. **Memória e história na/da análise do discurso**. Campinas: Mercado das Letras, 2011. INDURSKY,

F. Da interpelação à falha no ritual: a trajetória teórica da noção de formação discursiva. In: BARONAS, R. L. **Análise do discurso**: apontamento para uma história da noção-conceito de formação discursiva. 2ª. ed. [S.l.]: Pedro & João, 2011.

INDURSKY, F. Memória na cena do discurso. In: INDURSKY, F.; MITTMANN, S.; FERREIRA, M. C.L. **Memória e história na/da análise do discurso**. Campinas: Mercado das Letras, 2011. p. 67-89.

JUNG, C. G. **A natureza da psique**. Tradução de Pe Ramalho Rocha. 5ª. ed. Petrópolis - RJ: Vozes, v. VIII, 1971.

LATTMAN-WELTMAN, F. Imprensa carioca nos anos 50: os "nos dourados". In: ABREU, A. A. D.;

LATTMAN-WELTMAN, F. **O jornalismo brasileiro nos anos 50**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 157-180.

MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em análise do discurso**. 3ª. ed. Campina: Pontes, 1997.

- MAINGUENEAU, D. **Discurso e análise do discurso**. Tradução de Sírio Possenti. 1ª. ed. São Paulo:Parábola Editorial, 2015.
- MALDIDIÉ, D. **A inquietação do discurso**. Campinas: Pontes, 2003.
- MALDIDIÉ, D. Discurso e ideologia bases para uma pesquisa. In: ORLANDI, E. P. **Gestos de Leitura da história no discurso**. Campinas: [s.n.], 2014. p. 69-105.
- R. D.; GUIMARÃES, V. **Identidades Brasileiras: Composições e recomposições**. 1ª. ed. São Paulo:Cultura Acadêmica, 2013. p. 7-29. (Desafios Contemporâneos).
- MORENO, J. C. Revisitando o conceito de identidade nacional. In: RODRIGUES, C. C.; LUCA, T. R. D.; GUIMARÃES, V. **Identidades brasileiras: composições e recomposições**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p. 7-30.
- MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. 5ª. ed. São Paulo: Cultura negra e identidades, 2019.
- MUSSALIM, F. Análise do discurso. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. **Introdução à linguística**. SãoPaulo: Cortez, v. II, 2004. p. 101-139. REVISAR ORGANIZADORES.
- NISKIER, A. **Memórias de um sobrevivente: a verdadeira história da ascensão e queda da Manchete**. Rio de janeiro: Nova Fronteira, 2012.
- ORLANDI, E. **Análise do Discurso: princípios e procedimentos**. 12ª. ed. Campinas: Pontes Editores, 2015.
- ORLANDI, E. P. **Terra à vista: discurso do confronto: velho e novo mundo**. Campinas-SP: Cortez,1990.
- ORLANDI, E. P. **Interpretação: autoria, interpretação e efeitos do trabalho simbólico**. Petrópolis-RJ:Vozes, 1996.
- ORLANDI, E. P. **Discurso e leitura**. 8ª. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- ORLANDI, E. P. Vão surgindo sentidos. In:___**Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional**. [S.l.]: [s.n.], Eni Puccinelli Orlandi. Cap. (ORGANIZADORA), p. 11-26.
- ORTIZ, R. **Cultura Brasileira e identidade nacional**. 1ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica a afirmação do óbvio**. Tradução de Eni PulcinelliOrlandi [et al]. 2ª. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1995. (Coleção Repertórios).
- PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução a obra de Michel Pêcheux**. Tradução de Bethania S. Mariani (et. al.). 3ª. ed. Campinas: Unicamp, 1997. p. 61-105. REVER DADOS DEPOIS.
- PÊCHEUX, M. Papel da memória. In: ACHARD, P. **Papel da memória**. São Paulo: Pontes, 1999. p. 49-57.
- PÊCHEUX, M. **Análise do discurso**. 2ª. ed. São Paulo: Pontes, 2011. Textos selecionados: Eni Orlandi.
- PÊCHEUX, M. **Discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução de Eni Orlandi. 6ª. ed. Campinas, SP: Pontes, 2012.

- PÊCHEUX, M. Especificidade de uma disciplina de interpretação. In: PIOZANI, C.; SARGENTINE, V. **Legados de Michel Pêcheux: inéditos em análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2019. p. 99- 103.
- PERDIGÃO, P. **Anatomia de uma derrota: 16 de julho de 1950 Brasil x Uruguai**. Porto Alegre: [s.n.], 1986.
- POSSENTI, S. Teoria do discurso: um caso de múltiplas rupturas. In: BENTES, M. F. **Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos**. 3^a. ed. São Paulo: Cortez, 2007. p. 353-391.
- POSSENTI, S. **Questões para analistas do discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
- RAMOS, P. D. A. A Imprensa nacionalista no Brasil. In: ABREU, A. A. D., et al. **A imprensa em transição**. 1^a. ed. [S.l.]: FGV, 1996. p. 61-138.
- RIBEIRO, C. J. O instante que permanece. In: RIBEIRO, J. C. **À luz das narrativas: escrito sobre obras e autores**. Salvador: Edufba, 2009. p. 25-34.
- RODRIGUES, N. **À sombra das chuteiras imortais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. Seleção e notas Ruy Castro.
- RODRIGUES, N. **À sombra das chuteiras imortais: crônicas de futebol**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. seleção e notas Ruy Castro.
- RODRIGUES, N. **A pátria de chuteiras**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2013.
- SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1931**. São Paulo: Companhia da Letras, 1993.
- SILVA, K. V.; SILVA, M. H. **Dicionário de conceitos históricos**. 2^a. ed. São Paulo: Contexto, 2009.
- SOUTO, C. UM CASO EXEMPLAR DE IDEOLOGIA CIENTÍFICA NO SÉCULO XX: O BEHAVIORISMO RADICAL DE B.F. SKINNER. **Revista de Estudos dos Pós-Graduandos em Filosofia**, São Paulo, 03 agosto 2019. 38-56.
- SOUZA, J. Gilberto Freyre e a singularidade Cultural brasileira. **Tempo Social**, São Paulo, p. 69-100, 2000.
- SOUZA, J. **A Tolice da Inteligência Brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite**. São Paulo: SP, 2015.
- TIBURI, M. **Complexo de vira-lata: a análise da humilhação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021. Formato e-pub.